



2014

Assistência Jurídica Integral e Gratuita no Brasil:

UM PANORAMA DA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Série Estudos Técnicos da DPU **1**
Março 2014

 **DPU**
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

 **Eu Tenho
Direito**
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Dilma Rousseff

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Defensor Público-Geral Federal

Haman Tabosa de Moraes e Córdova

Subdefensor Público-Geral Federal

Fabiano Caetano Prestes

Corregedor-Geral da DPU

Holden Macedo da Silva

Conselho Superior da Defensoria Pública da União

William Charley Costa de Oliveira

Gustavo Zortéa da Silva

José Rômulo Plácido Sales

Fabricao da Silva Pires

Daniel Chiaretti

Eraldo Silva Júnior

Assessor-Chefe de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão

Wankes Leandro Ribeiro

Assessor-Chefe de Comunicação Social

Francisco Pereira Neves de Macedo

Assessora-Chefe de Cerimonial e Eventos

Lucineiva Fagundes Pires

Assessor-Chefe de Atuação no Supremo Tribunal Federal

Gustavo de Almeida Ribeiro

Assessor-Chefe Jurídico

Arcenio Brauner Júnior

Assessor-Chefe de Assuntos Legislativos

Amadeu Alves de Carvalho Júnior

Diretor-Geral da Escola Superior da Defensoria Pública da União

Alexandre Mendes Lima de Oliveira

Secretária-Geral Executiva

Valéria Grilanda Rodrigues Paiva

Secretário-Geral de Controle Interno e Auditoria

José Carvalho do Nascimento Júnior

Secretário-Geral de Articulação Institucional

Bruno Vinícius Batista Arruda

Série Estudos Técnicos da Defensoria Pública da União

Copyright © 2014 – Defensoria Pública da União.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

1ª edição – 2014 – *versão online*

Coordenação, distribuição e informações:

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão (ASPLAN)

Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lotes 26/27, Edifícios Luiza e Luiz Eduardo – Asa Sul

70070-110 – Brasília (DF)

Telefone: (061) 3319.0202

asplan@dpu.gov.br

Elaboração:

Adriana Lima da Silva

Antonio Marcos Correia Melonio

Bernardo Oliveira Buta

Luiz Gustavo de Jesus Dantas

Marcia Vieira Morgado Clerot

Marisalvo da Silva

Wankes Leandro Ribeiro

Editoração:

Elder Galvão

Brasil. Defensoria Pública da União.

Assistência jurídica integral e gratuita no Brasil: um panorama da atuação da Defensoria Pública da União / Defensoria Pública da União. – Brasília: DPU, 2014.

76 p. : il. (Série Estudos Técnicos da DPU; 01).

1. Defensoria pública. 2. Assistência judiciária gratuita. 3. Acesso à Justiça. I. Título.

CDDir: 341.46218

CDU: 351:34

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenação de Biblioteca e Disseminação da Informação

PREFÁCIO

A Defensoria Pública da União – DPU – é uma instituição decisiva na democracia brasileira. Ela é a responsável pela promoção da cidadania e salvaguarda das expectativas de realização dos ideais de justiça. Essa importante missão foi conferida à DPU por meio da Constituição Federal, que a qualifica como “instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados”. Assim, a garantia do conhecimento dos direitos dos necessitados, bem como a defesa desses direitos é o próprio sentido da existência da DPU.

Perseguindo a necessidade de autocohecimento institucional e buscando transparência na gestão pública, a DPU tem empregado esforços no sentido de conhecer e divulgar as diversas faces de sua atuação. Com este fito, o presente estudo técnico é um im-

portante instrumento de diagnóstico da real situação da DPU, apresentando um retrato da instituição em nível nacional.

No decorrer deste estudo técnico, é possível verificar que as políticas públicas levadas a efeito pela DPU estão direcionadas à população mais carente. A atuação do órgão muito se pauta na busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações itinerantes em comunidades indígenas, quilombolas, em atendimento nos presídios federais, nas regiões com baixo índice de desenvolvimento humano, humanizando o atendimento na execução das operações ordinárias nos órgãos de atuação pelo país.

Além disso, observa-se que a operação dos serviços de assistência jurídica da DPU está voltada à busca por resultados. Importa destacar o crescente número de cidadãos assistidos pela DPU, em contraste com a redução do tempo médio de espera para o atendimento. Ressalta-se, também, o crescente

número de assistidos beneficiados em conciliações extrajudiciais, fruto da concentração do esforço dos defensores na resolução célere dos conflitos e da conscientização quanto ao elevado número de processos judiciais desnecessários.

Cumprе enfatizar que, no decorrer do processo de elaboração deste estudo, o Congresso Nacional confiou à DPU autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária. Tal feito é o reconhecimento da missão republicana da DPU e de sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Desse modo, a publicação do panorama da atuação da DPU surge como um importante passo para a construção de um órgão novo, autônomo e conhecedor de suas capacidades e deficiências. De fato, a autonomia da DPU está inserida em um contexto no qual é inevitável o desenvolvimento do aparelho do Estado visando à proteção dos direitos dos

cidadãos, que não raras vezes se encontram em contraposição aos interesses do próprio Estado. Nesse sentido, a transparência assegura que a gestão pública seja democrática. A realização de ações voltadas ao accountability conecta-se à necessidade do controle social da atuação dos órgãos do aparelho do Estado, dentre eles a Defensoria Pública da União.

Assim, tendo em vista o dever constitucional da DPU de garantir a defesa dos direitos daqueles que necessitam, esta instituição deve pautar-se pela constante busca dos valores republicanos. Nesse contexto, o intuito deste estudo técnico é compartilhar com a sociedade dados e informações sobre a atuação e os principais indicadores do desempenho da Defensoria Pública da União.

Haman Tabosa de Moraes Córdova

Defensor Público-Geral Federal

APRESENTAÇÃO

A Defensoria Pública da União – DPU –, ao longo de seus dezenove anos de história, tem atuado com destaque na defesa dos direitos dos necessitados. Nesse ínterim, este órgão vem empreendendo diversas ações em direção ao objetivo de garantir o acesso à justiça por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita, de forma permanente em grande parte das localidades sedes do Poder Judiciário federal.

Com efeito, o presente estudo técnico representa um marco na história da gestão da DPU, uma vez que se trata de medida inédita no sentido de conhecer a fundo o seu panorama de atuação e divulgar os dados desta Defensoria para a população. De fato, é um importante passo para uma instituição autônoma e que zela pela transparência da gestão pública.

Por tratar-se de uma entidade autônoma, a DPU encontra-se isenta de julgamentos

políticos, os quais poderiam vir a interferir na defesa dos direitos do cidadão frente ao Estado. Esse fator contribui para a sustentação da governança do Estado, ou seja, a DPU é um instrumento da democracia capaz de influenciar o país a melhorar suas condições de desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão – ASPLAN – tem empreendido esforços com o objetivo de reforçar a confiança do público no desempenho dos serviços da DPU. Por conseguinte, o presente estudo técnico é o fruto de um trabalho voltado para a melhoria contínua da instituição, por meio de uma gestão voltada para a transparência e modernização.

Este estudo técnico veicula informações imprescindíveis para uma reflexão sobre o acesso à Justiça no Brasil. Nele são abertos para a sociedade os dados que representam as deficiências e pontos de qualidade do órgão.

No decorrer dos capítulos que o com-

põem, é possível conhecer o histórico de atuação da DPU, seu plano estratégico, responsável por pautar as diretrizes e prioridades a alta administração do órgão, sua estrutura organizacional envolvendo os órgãos de administração e de atuação nos estados e municípios, o perfil da força de trabalho – ainda bastante carente de servidores do quadro próprio –, bem como o leque de atuação da DPU, com o detalhamento dos números relacionados às atividades finalísticas de prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva, resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** 15
2. **METODOLOGIA** 15
3. **HISTÓRICO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO** 16
 - 3.1 AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO 17
 - 3.2 LINHA DO TEMPO 17
4. **PLANO ESTRATÉGICO DA DPU** 20
 - 4.1 DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS 20
 - 4.2 ESTRUTURA ANALÍTICA DA ESTRATÉGIA 21
 - Perspectiva de Resultados Institucionais 21
 - Perspectiva de Processos Internos 21
 - Perspectiva de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia 21
 - Perspectiva de Orçamento e Finanças 21
5. **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DPU** 22
 - 5.1 ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR 22
 - 5.2 ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO E DE EXECUÇÃO 23
 - 5.3 PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO 26
6. **ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DPU** 29
 - 6.1 PROJETOS ESPECIAIS 31
 - 6.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 33
7. **PRÊMIOS INNOVARE** 34
8. **DPU EM NÚMEROS** 35
 - 8.1 QUANTIDADE GLOBAL DE ATENDIMENTOS AOS ASSISTIDOS 35
 - 8.2 QUANTIDADE DE PESSOAS SENDO ASSISTIDAS 36
 - 8.3 QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS AOS ASSISTIDOS – POR TIPO DE PRETENSÃO 36
 - 8.4 QUANTIDADE DE ASSISTIDOS BENEFICIADOS EM CONCILIAÇÕES EXTRAJUDICIAIS 37
 - 8.5 QUANTIDADE DE PROCESSOS ARQUIVADOS POR INVIABILIDADE DA PRETENSÃO 38
 - 8.6 QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS POR ÓRGÃO DE ATUAÇÃO 38
 - 8.7 QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS – PROJETO VISITA VIRTUAL 40
9. **DESEMPENHO INSTITUCIONAL** 41
 - 9.1 TEMPO MÉDIO DE ESPERA – GLOBAL 41
 - 9.2 ÍNDICE DE ESTOQUE INSTITUCIONAL 41
 - 9.3 COEFICIENTE DE PROCESSOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ABERTOS POR DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL 42
 - 9.4 COEFICIENTE DE PROCESSOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ATIVOS POR DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL 42
 - 9.5 DÉFICIT DE DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS 43
 - 9.6 ATENDIMENTOS AOS ASSISTIDOS – PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE ORIGEM DE LITÍGIOS 44
10. **COBERTURA GEOGRÁFICA DA ATUAÇÃO DA DPU** 45
 - 10.1 PRESENÇA DA DPU NOS ESTADOS 45
 - 10.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS SALAS DE VISITA VIRTUAL 47
 - 10.3 DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA NOS MUNICÍPIOS 47
 - Região Norte 49
 - Região Nordeste 56
 - Região Centro-Oeste 65
 - Região Sudeste 68
 - Região Sul 72

REFERÊNCIAS 75

LISTA DE SIGLAS

AASTF - Assessoria de Atuação no Supremo Tribunal Federal

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

AJUR - Assessoria Jurídica

ASCE - Assessoria de Cerimonial e Eventos

ASCOM - Assessoria de Comunicação Social

ASLEG - Assessoria de Assuntos Legislativos

ASPLAN - Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão

CAJI - Coordenação de Assistência Jurídica Internacional

CCR - Câmaras de Coordenação e Revisão

CCRI - Coordenação de Cooperação e Relações Internacionais

CDC - Código de Defesa do Consumidor

CEF - Caixa Econômica Federal

CGPL - Coordenação de Gerenciamento do Processo Licitatório

CIMP - Coordenação de Imprensa

CMI - Coordenação de Modernização Institucional

CPPP - Coordenação de Programas, Projetos e Processos

CPUB - Coordenação de Publicidade

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

DPEM - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas

DPGU - Defensoria Pública-Geral da União

EAE - Estrutura Analítica da Estratégia

E-PAJ - Processo Eletrônico de Assistência Judiciária

ESDPU - Escola Superior da Defensoria Pública da União

GABDPGF - Gabinete do Defensor Público-Geral Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPAJ - Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica da República de Moçambique

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MJ - Ministério da Justiça

MORHAN - Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPU - Ministério Público da União

ONU - Organização das Nações Unidas

PAJ - Processo de Assistência Jurídica

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTO - Plano de Transformação Organizacional

REDPO - Reunião Especializada dos Defensores Públicos Oficiais

RIPAJ - Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa

SAD - Secretaria de Auditoria

SAI - Secretaria de Assuntos Internacionais

SIT - Secretaria de Atuação Itinerante

SAJ - Secretaria de Assuntos Jurídicos

SAO - Secretaria de Acompanhamento e Orientação da Gestão

SCE - Secretaria de Conciliação Extrajudicial e Educação em Direitos

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SEOF - Secretaria de Execução Orçamentária e Financeira

SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento

SGAI - Secretaria-Geral de Articulação Institucional

SGC - Secretaria de Gestão do Conhecimento

SGCIA - Secretaria-Geral de Controle Interno e Auditoria

SGE - Secretaria-Geral Executiva

SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

SLP - Secretaria de Logística e Patrimônio

SM - Salário Mínimo

SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças

SPC - Secretaria de Atuação no Sistema Penitenciário Nacional e Conselhos Penitenciários

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

STJ - Superior Tribunal de Justiça

STM - Superior Tribunal Militar

SUS - Sistema Único de Saúde

TRF - Tribunal Regional Federal

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TST - Tribunal Superior do Trabalho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do Tempo DPU 19

Figura 2: Estrutura Analítica da Estratégia da DPU 21

Figura 3: Estrutura Organizacional DPU 22

Figura 4: Localização Órgãos de Atuação da DPU 24

Figura 5: Distribuição de Magistrados da Justiça e Defensores Públicos Federais, por jurisdição do Tribunal Regional Federal (TRF) 25

Figura 6: Presença da DPU nos Estados 46

Figura 7: Cobertura geográfica do atendimento da DPU 46

Figura 8: Distribuição salas de visita virtual 47

Figura 9: Demanda de Assistência Jurídica – Acre 49

Figura 10: Demanda de Assistência Jurídica – Amazonas 50

Figura 11: Demanda de Assistência Jurídica – Amapá 51

Figura 12: Demanda de Assistência Jurídica – Pará 52

Figura 13: Demanda de Assistência Jurídica – Rondônia 53

Figura 14: Demanda de Assistência Jurídica – Roraima 54

Figura 15: Demanda de Assistência Jurídica – Tocantins 55

Figura 16: Demanda de Assistência Jurídica – Alagoas 56

Figura 17: Demanda de Assistência Jurídica – Bahia 57

Figura 18: Demanda de Assistência Jurídica – Ceará 58

Figura 19: Demanda de Assistência Jurídica – Maranhão 58

Figura 20: Demanda de Assistência Jurídica – Paraíba 60

Figura 21: Demanda de Assistência Jurídica – Pernambuco 61

Figura 22: Demanda de Assistência Jurídica – Piauí 62

Figura 23: Demanda de Assistência Jurídica – Rio Grande do Norte 63

Figura 24: Demanda de Assistência Jurídica – Sergipe 64

Figura 25: Demanda de Assistência Jurídica – Distrito Federal e Goiás 65

Figura 26: Demanda de Assistência Jurídica – Mato Grosso 66

Figura 27: Demanda de Assistência Jurídica – Mato Grosso do Sul 67

Figura 28: Demanda de Assistência Jurídica – Espírito Santo 68

Figura 29: Demanda de Assistência Jurídica – Minas Gerais 69

Figura 30: Demanda de Assistência Jurídica – Rio de Janeiro 70

Figura 31: Demanda de Assistência Jurídica – São Paulo 71

Figura 32: Demanda de Assistência Jurídica – Paraná 72

Figura 33: Demanda de Assistência Jurídica – Rio Grande do Sul 73

Figura 34: Demanda de Assistência Jurídica – Santa Catarina 74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo EAE DPU 21

Tabela 2: Abrangência dos Órgãos de Atuação DPU 23

Tabela 3: Distribuição Magistrados 25

Tabela 4: Distribuição da Força de Trabalho da DPU 26

Tabela 5: Distribuição do Quadro de Defensores por Faixa Etária 28

Tabela 6: Atendimento aos assistidos – 2011-2013 35

Tabela 7: Quantidade de cidadãos sendo assistidos – 2011-2013 36

Tabela 8: Processos arquivados por inviabilidade da pretensão 38

Tabela 9: Atendimentos aos assistidos – por Órgão de atuação – 2011 a 2013 39

Tabela 10: Atendimentos Projeto Visita Virtual – por UF – Janeiro a Dezembro/2013 40

Tabela 11: Déficit de Defensores Públicos Federais de 1ª Categoria 43

Tabela 12: Déficit de Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria 44

Tabela 13: Nível de cobertura da população alvo até 3 SM. 45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do Quadro de Defensores por Categoria 27

Gráfico 2: Distribuição do Quadro de Defensores por Gênero 27

Gráfico 3: Eventos de atendimento aos assistidos – janeiro a dezembro/2013 36

Gráfico 4: Atendimento aos assistidos, por tipo de pretensão – janeiro a dezembro/2013 36

Gráfico 5: Atendimento aos assistidos, por tipo de pretensão – janeiro a dezembro/2013 36

Gráfico 6: Assistidos beneficiados com conciliações extrajudiciais 37

Gráfico 7: Tempo médio de espera (em minutos) – janeiro a dezembro /2013 41

Gráfico 8: Estoque institucional – janeiro a dezembro/2013 41

Gráfico 9: Processos de Assistência Jurídica abertos por Defensor – jan a dez/2013 42

Gráfico 10: PAJ ativo por Defensor – Janeiro a dezembro /2013 42

Gráfico 11: Atendimento aos assistidos – Órgãos de origem dos litígios 44



1. INTRODUÇÃO

A Defensoria Pública é uma instituição decisiva para a democracia contemporânea, funcionando como um instrumento promotor da cidadania e salvaguarda das expectativas de realização dos ideais de justiça. No caso da Defensoria pública da União – DPU, a garantia do conhecimento e da defesa dos direitos dos necessitados é o próprio sentido de sua existência.

Como uma gestão pública responsável realiza-se por meio da transparência, este estudo técnico tem como principal objetivo compartilhar dados e informações relevantes sobre os principais indicadores do desempenho da Defensoria Pública da União visando tornar transparente sua atuação e ampliar o conhecimento da sociedade sobre suas competências, atribuições e serviços prestados.

Além disso, o presente estudo visa subsidiar reflexões sobre a temática relacionada ao acesso à justiça no Brasil, bem como o alcance de três objetivos adicionais:

- a) propiciar o acesso a informações qualitativas e quantitativas sobre a atuação da Defensoria Pública da União;
- b) refletir sobre a presença da Defensoria Pública da União nos municípios brasileiros;
- c) subsidiar o planejamento da expansão e a organização dos serviços da Defensoria Pública da União.

2. METODOLOGIA

O presente estudo considera como público-alvo da atuação da DPU as pessoas com mais de dez anos de idade e rendimento mensal de até três salários mínimos e contempla a análise de dados que, em regra geral, compreendem o horizonte temporal de janeiro/2011 a dezembro/2013.

Na elaboração do estudo adotou-se uma abordagem quantitativa para apresentação e análise dos dados. De forma específica, optou-se pela utilização de variados formatos de visualização para apresentação dos dados que contemplam infográficos, mapas cartográficos e tabelas de referência.

A utilização de mapas cartográficos visa propiciar ao leitor facilidade na assimilação de informações por meio da visualização territorial de dados e informações. As tabelas de referência permitem visualizar comparativamente diversas variáveis utilizadas no presente estudo enquanto os infográficos destinam-se a apresentação de indicadores e séries históricas que favoreçam a compreensão das informações.

Os dados e informações contidos nesse documento foram extraídos de múltiplas fontes eletrônicas e impressas, tais como:

- Sistema de Gerenciamento do Atendimento – SGA;
- Processo Eletrônico de Assistência Judiciária – E-PAJ;

- Censo Demográfico 2010 (IBGE);
- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH 2013 (PNUD);
- Bases Cartográficas (IBGE);
- Portal da Justiça Federal;
- Portal do Conselho Nacional da Justiça.

3. HISTÓRICO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

A Defensoria Pública da União (DPU), criada pela Constituição Federal de 1988 e organizada pela Lei Complementar nº 80/94, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 132/2009, é responsável pela prestação integral e gratuita de assistência jurídica, judicial e extrajudicial ao cidadão carente.

Conforme dispõe a Lei Complementar nº 132/2009, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Assim, as atribuições da Defensoria Pública da União abrangem três eixos distintos e complementares:

- a) a prestação do serviço de assistência judicial integral e gratuita perante os Juízos Federais, do Trabalho, Juntas e Juízos Eleitorais, Juízos Militares, as Auditorias Militares, Tribunal Marítimo e as instâncias administrativas, nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, nas mais diversas áreas de atuação, tais como direitos humanos, previdenciário, criminal, entre outras;
- b) a atuação extrajudicial para a resolução dos conflitos às pessoas físicas e jurídicas e as mais diversas instâncias da Administração Pública Federal, uma vez que cabe ao Defensor Público realizar acordos entre as partes em conflito, o que contribui sobremaneira para a redução das demandas que chegam ao Poder Judiciário; e
- c) a prestação de assistência jurídica preventiva e consultiva, que funciona para a minimização dos conflitos de interesse no seio da sociedade, o que contribui para a formação da cidadania plena.

Para cumprir seu importante papel social, a Defensoria Pública da União tem passado nos últimos anos por profundas e significativas mudanças, valendo destacar a edição da Lei Complementar nº 132/2009, que conferiu à Defensoria Pública um novo leque de atri-

buições em prol das pessoas necessitadas, e previu uma série de legítimos direitos para os usuários de seus serviços.

3.1 AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO

Em agosto de 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 74 que estendeu às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária concedidas às Defensorias Estaduais.

Em função da autonomia, a Defensoria Pública-Geral da União, órgão da Administração Superior da DPU, elaborou um Plano de Transformação Organizacional – PTO visando a realização de mudanças estruturais para a construção de instituição verdadeiramente republicana e capilarizada no interior do país. Nesse sentido, o Plano de Transformação Organizacional prevê a criação de uma estrutura organizacional ideal para atender a totalidade do público-alvo da DPU em um prazo de 10 anos. Dessa forma, ao término do processo de transformação, a DPU contará com 266 órgãos de atuação, 27 órgãos estaduais localizados nas capitais dos estados, 1.469 defensores (relação de um para cada 100 mil pessoas) e 9.152 servidores.

3.2 LINHA DO TEMPO

A Defensoria Pública se afirma como instrumento de defesa de direitos e instituição indispensável na busca da justiça social. Conhecer sua história é indispensável para entender como se desenvolveu a assistência aos necessitados no decorrer do tempo.

Nossa viagem ao passado inicia-se com a prerrogativa de direito de acesso à Justiça, mencionada na Constituição Federal de 1934:

- ✓ **1934** – A Constituição Federal, no Título III, capítulo II, Art. 113, n.32 faz menção ao direito de acesso à Justiça;
- ✓ **1950** – Foi editada a lei 1.060, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados;
- ✓ **1988** – Criação da DPU – A Constituição Federal, no Art. 134, considera a Defensoria Pública, ao lado do Ministério Público e da Advocacia Pública, como função essencial à Justiça.(art. 134, caput §5º, inciso LXXIV);
- ✓ **1994** – Sancionada a Lei Complementar 80, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados;
- ✓ **1995** – Sancionada a Lei 9.020, que dispõe sobre a implantação,

em caráter emergencial e provisório, da Defensoria Pública da União e dá outras providências;

- ✓ **2001** – Realização de concurso público para Defensor Público Federal de Segunda Categoria;
- ✓ **2004** – Realização de concurso público para Defensor Público Federal de Segunda Categoria;
- ✓ **2007** – Realização de concurso público para Defensor Público Federal de Segunda Categoria;
- ✓ **2007** – A lei 11.448 conferiu expressamente a legitimidade para a Defensoria Pública propor ação civil pública no que se refere aos interesses difusos e coletivos dos consumidores;
- ✓ **2009** – Alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 80/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios - Lei Complementar nº 132, de 07 de outubro de 2009;
- ✓ **2010** – Realização de concurso público para Defensor Público Federal de Segunda Categoria;
- ✓ **2010** – Realização de concurso público para cargos de nível superior e de nível médio do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE do Quadro da Defensoria Pública da União - Portaria MPOG nº 467, de 16 de dezembro de 2009;
- ✓ **2012** – Criação de 789 cargos de Defensor Público Federal - Lei

nº 12.763, de 27 de dezembro de 2012;

- ✓ **2012** – A Defensoria Pública da União concluiu o processo de planejamento estratégico referente ao período 2012-2015;
- ✓ **2013** – Comemoração de 18 anos DPU;
- ✓ **2013** – Promulgada a Emenda Constitucional nº 74 que estendeu às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária concedidas às Defensorias Estaduais;
- ✓ **2013** – Elaboração do Plano de Transformação Organizacional.

Os concursos públicos realizados em 2001, 2004, 2007 e 2010 selecionaram um total de 555 cargos de Defensores Públicos Federais.



Figura 1: Linha do Tempo DPU
Fonte: DPU/ASCOM

4 PLANO ESTRATÉGICO DA DPU

Em 2012, a Defensoria Pública da União concluiu o processo de planejamento estratégico referente ao período 2012-2015. Entre as principais contribuições do Plano Estratégico destaca-se a definição da Missão, da Visão e dos Objetivos Estratégicos da Instituição.

4.1 DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Missão

Garantir aos necessitados o conhecimento e a defesa de seus direitos.

Visão

Defender os direitos de todos que necessitem, onde quer que se encontrem, firmando-se como instrumento de transformação social e referência mundial em prestação de assistência jurídica gratuita.

Valores Organizacionais

Prevalência do interesse do assistido	Foco no assistido, livre das influências contrárias a seus interesses.
Responsabilidade Social	Atuação solidária e comprometida com a sociedade, o meio ambiente e a instituição.
Unicidade	Atuar de forma cooperativa na defesa do assistido e da instituição.
Humanização	Consideração do contexto psicossocial do assistido para proporcionar um atendimento adequado e multidisciplinar.
Respeito	Tratar com cordialidade, dignidade, prestação, seriedade, lealdade, tolerância e consideração os assistidos, equipe de trabalho e instituições.
Comprometimento	Atuar de forma dedicada e orientada a resultados.
Proatividade	Ter iniciativa em suas ações de forma dinâmica e criativa.
Profissionalismo	Atuação técnica planejada e coordenada para obtenção dos objetivos estabelecidos.
Impessoalidade	Atuação institucional com foco na isonomia e no interesse público.
Qualidade	Prestar assistência jurídica com solicitude e celeridade, buscando a excelência no serviço.
Extrajudicialidade	Privilegiar soluções extrajudiciais de conflito.
Transparência	Dar máxima publicidade e visibilidade aos atos, processos e políticas institucionais.
Eficiência	Celeridade nas ações e racionalidade na utilização dos recursos.

4.2 ESTRUTURA ANALÍTICA DA ESTRATÉGIA

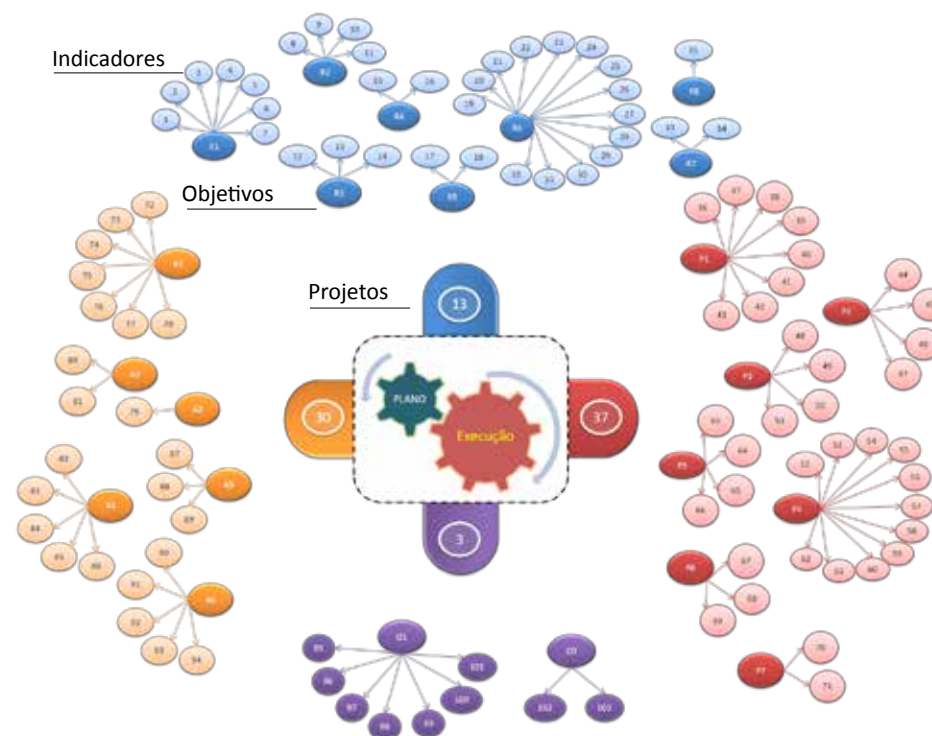
A Estrutura Analítica da Estratégia – EAE é uma ferramenta criada para retratar em uma única figura a estrutura de um Plano Estratégico. No caso da DPU, a EAE permite visualizar as perspectivas do Balanced Scorecard e a respectiva quantidade de projetos estratégicos, objetivos e indicadores, a saber:

Tabela 1: Resumo EAE DPU

Perspectivas	Projetos Estratégicos	Objetivos	Indicadores
Resultados Institucionais	13	8	35
Processos Internos	30	6	23
Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia	37	7	36
Orçamento e Finanças	3	2	9
TOTAL	83	23	103

Fonte: DPU/ASPLAN

Figura 2: Estrutura Analítica da Estratégia da DPU



- Perspectiva de Resultados Institucionais
- Perspectiva de Processos Internos
- Perspectiva de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia
- Perspectiva de Orçamento e Finanças

Fonte: Adaptado de RIBEIRO, Wankes; VIEIRA, Christiano; VIEIRA, Helber (2013)

5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DPU

Nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 80/94, a Defensoria Pública da União encontra-se estruturada em órgãos de administração superior, órgãos de atuação e órgãos de execução.

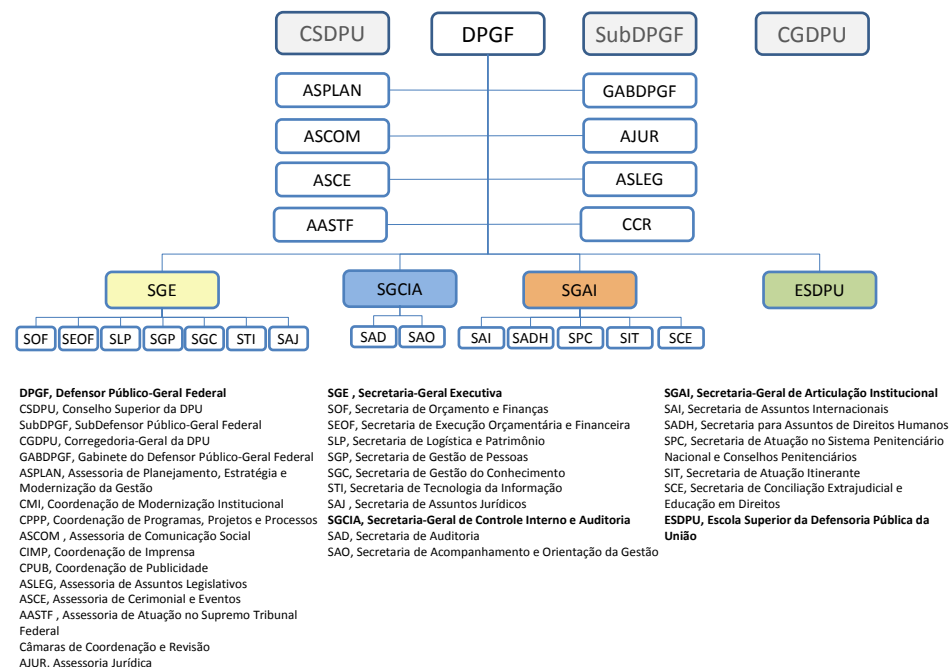
5.1 Órgãos de ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Administração Superior da DPU é composta por quatro órgãos cujas competências específicas se encontram descritas em Regimentos específicos:

- a) a Defensoria Pública-Geral da União;
- b) a Subdefensoria Pública-Geral da União;
- c) o Conselho Superior da Defensoria Pública da União;
- d) a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União.

O organograma dos órgãos de Administração Superior apresenta-se da seguinte forma:

Figura 3: Estrutura Organizacional DPU



Fonte: DPU/ASPLAN - Regimento Interno da DPGU - Portaria nº 88, de 14 de fevereiro de 2014.

5.2 Órgãos de Atuação E DE EXECUÇÃO

Os órgãos de atuação da DPU compreendem a Defensoria Pública da União nos Estados e no Distrito Federal e os Núcleos da Defensoria Pública da União, enquanto os órgãos de execução abrangem os Defensores Públicos Federais nos Estados e no Distrito Federal.

A DPU mantém 64 órgãos de atuação localizados nas 26 capitais dos Estados, no Distrito Federal e em mais 35 municípios para atendimento às demandas oriundas das 271 seções e subseções da Justiça Federal instaladas no País, o que representa uma cobertura geográfica de 24%, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Abrangência dos Órgãos de Atuação DPU.

Jurisdição		Seções e Subseções Judiciárias	Órgãos de Atuação da DPU
1ª Região	Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.	96	23
2ª Região	Espírito Santo e Rio de Janeiro.	26	6
3ª Região	Mato Grosso do Sul e São Paulo.	51	10
4ª Região	Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.	59	14
5ª Região	Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.	39	11
Total		271	64

Fonte: DPU/ASPLAN e Portal da Justiça Federal

Os órgãos de atuação da DPU são compostos por unidades da defensoria e por regionais estruturadas em escritórios distribuídos por ramo do Direito.

Figura 4: Localização Órgãos de Atuação da DPU



Fonte: DPU/ASCOM. Posição em março/2013.

Comparativamente à quantidade de magistrados da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e da Justiça Estadual (Tabela 3), o quadro de 555 Defensores lotados nos 64 órgãos de atuação da DPU é considerado insuficiente para atendimento às demandas dos assistidos.

Tabela 3: Distribuição Magistrados

Tribunais	Magistrados
Justiça Estadual	11.960
Justiça Federal	1.714
Justiça do Trabalho	3.250
Justiça Eleitoral	3.178
Justiça Militar Estadual	39
Tribunais Superiores (STJ, TST, TSE, STM)	82

Fonte: *Justiça em Números 2013 – Conselho Nacional de Justiça*

Figura 5: Distribuição de Magistrados da Justiça e Defensores Públicos Federais, por jurisdição do Tribunal Regional Federal (TRF)



Fonte: *Justiça em Números 2013 – Conselho Nacional de Justiça*

5.3 PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho da DPU é composta por defensores públicos federais, servidores de carreira (PGPE), servidores cedidos e servidores requisitados a outros órgãos, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Distribuição da Força de Trabalho da DPU

Tipo	Quantidade	%
Defensores	555	15%
Servidores Requisitados	820	22%
Servidores PGPE	343	9%
Estagiários	2.016	54%
Total	3.734	100%

Fonte: DPU/SGP

A Defensoria Pública da União é integrada pela Carreira de Defensor Público Federal, composta de três categorias de cargos efetivos:

- I – Defensor Público Federal de 2ª Categoria (inicial);
- II – Defensor Público Federal de 1ª Categoria (intermediária);
- III – Defensor Público Federal de Categoria Especial (final).

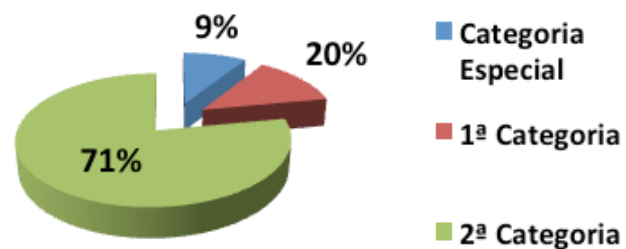
Os Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria atuam junto aos Juízes Federais, aos Juízes do Trabalho, às Juntas e aos Juízes Eleitorais, aos Juízes Militares, às Auditorias Militares, ao Tribunal Marítimo e às instâncias administrativas.

Os Defensores Públicos Federais de 1ª Categoria atuam nos Tribunais Regionais Federais, nas Turmas dos Juizados Especiais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais Regionais Eleitorais.

Os Defensores Públicos Federais de Categoria Especial atuam no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior do Trabalho, no Tribunal Superior Eleitoral, no Superior Tribunal Militar e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

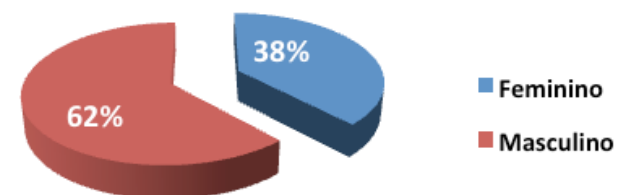
Em dezembro de 2013, a DPU possuía um efetivo de 555 Defensores Públicos Federais, sendo 49 enquadrados como Categoria Especial, 109 como Primeira Categoria e 397 como Segunda Categoria. A lotação deste contingente encontra-se dividida entre as atuais unidades em funcionamento no País, num total de 65 unidades de lotação, incluída a Defensoria Pública-Geral da União, órgão de administração superior da DPU.

Gráfico 1: Distribuição do Quadro de Defensores por Categoria



Fonte: DPU/SGP

Gráfico 2: Distribuição do Quadro de Defensores por Gênero



Fonte: DPU/SGP

A maioria dos defensores públicos federais é do sexo masculino (345), representando 62% do universo, enquanto 210 são do sexo feminino (38%), conforme gráfico 2.

Em relação à idade observa-se que 88% dos defensores públicos federais situam-se na faixa etária entre 25 e 40 anos, sendo que a faixa etária entre 31 e 35 anos concentra maioria com 37% dos defensores, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Distribuição do Quadro de Defensores por Faixa Etária

Faixa Etária	Quantidade	Percentual
25-30 anos	156	28%
31-35 anos	204	37%
36-40 anos	129	23%
41-45 anos	40	7%
46-50 anos	16	3%
Acima de 50 anos	11	2%
Total	555	100%

Fonte: DPU/SGP

6 Áreas de Atuação da DPU

DEFESA PENAL

A Constituição Federal de 1988 garantiu a todo cidadão o direito à ampla defesa, quando processado criminalmente. As pessoas que estiverem sofrendo processo penal em um dos ramos das Justiças da União, a saber: Federal, Eleitoral e Militar, e que não possuírem advogado, devem procurar a Defensoria Pública da União para serem atendidas e orientadas.

O Defensor Público faz a defesa escrita, acompanha o assistido em audiências, interpõe recursos, impetra habeas corpus e atua perante os Tribunais, sempre garantindo uma defesa técnica de forma qualificada.

A pessoa que buscar sua defesa na Defensoria Pública da União receberá as orien-

tações e informações necessárias sobre o andamento do processo e poderá contar com o sigilo do Defensor Público Federal sobre tudo o que for dito durante o atendimento e a respeito do caso.

TRABALHO

A atuação da DPU nas causas trabalhistas é prevista constitucionalmente e tem apoio do Judiciário, mas ainda depende de maior estrutura do órgão para ampliar o atendimento.

Desde novembro de 2010 um projeto piloto, na DPU do Distrito Federal, criou quatro escritórios trabalhistas para atender as demandas da população carente.

Em 2011, a Defensoria Pública da União assinou um termo de cooperação com o Tribunal Regional do Trabalho do Distrito Federal – TRT 10ª Região – para harmonizar o trabalho da DPU com o Judiciário.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para assegurar a efetividade dos direitos relacionados a esse tema, a Defensoria Pública da União atua, em geral, por meio de seu escritório especializado em Direito Previdenciário, com medidas administrativas, objetivando a celeridade da efetivação, ou com ações judiciais.

O direito dos cidadãos à previdência social corresponde, dentre outros, aos seguintes benefícios: aposentadoria, pensão por morte, auxílio-acidente, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, salário-família, salário-maternidade. A DPU poderá representar o segurado perante o INSS, os Juizados Especiais Federais ou a Justiça Federal, caso o INSS se negue a conceder o benefício administrativamente.

EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental,

devendo ser promovida pelo Estado e pela família, de forma a garantir a igualdade entre as pessoas e o exercício da cidadania plena pelo indivíduo. A União tem o dever de organizar o sistema federal de ensino. A falta desse serviço ou a deficiência na sua prestação geram o direito de qualquer pessoa, ou da coletividade, de exigí-lo. A Defensoria Pública da União pode promover ações judiciais ou intermediar acordos com o Governo para garantir o acesso à educação de todos os cidadãos e seus dependentes.

DIREITOS HUMANOS

Os Defensores Públicos Federais devem promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos

ou individuais homogêneos. Deve atuar também na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas.

DIREITOS COLETIVOS

A Lei 11.448 de janeiro de 2007 conferiu expressamente a legitimidade para a Defensoria Pública propor ação civil pública no que se refere aos interesses difusos e coletivos. A Defensoria Pública da União pode representar de uma só vez, perante o Poder Judiciário ou fora dele, um grupo de pessoas que tenha interesses comuns, como, por exemplo, todos os consumidores de serviços de energia elétrica, todos os moradores de determinada comunidade, todos os estudantes que precisem do serviço público federal de ensino. As ações coletivas e as ações civis públicas buscam oti-

mizar a atuação da Defensoria Pública, para que várias pessoas consigam obter o mesmo direito ao mesmo tempo, além de garantir ao cidadão carente a implementação de importantes políticas públicas.

MORADIA

A Defensoria Pública da União atua para garantir, ao cidadão de baixa renda familiar, o direito à moradia, apresentando defesa nas ações de imissão ou reintegração da posse, promovidas pela Caixa Econômica Federal. Pode, ainda, ajuizar ações para evitar leilões de imóveis e promover renegociações dos contratos de financiamento da casa própria, celebrados pelo Sistema Financeiro de Habitação, caso se mostrem abusivos.

A Defensoria Pública da União pode promover ações para a regularização fundiária de terras do Governo Federal. Isto é feito regularizando posses consideradas irregulares

e garantindo o direito constitucional de moradia às comunidades carentes.

SAÚDE

Assistência à saúde é um direito de todos. É obrigação do Governo prestar assistência médica àqueles que necessitam. O atendimento é feito pelo Sistema Único de Saúde – SUS –, por meio de hospitais públicos e credenciados.

Em caso de omissão ou falha no atendimento médico, a Defensoria Pública da União poderá ser procurada para garantir que o assistido receba os medicamentos necessários e fazer valer o direito à internação e tratamento hospitalar.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Em 2010, o Código de Defesa do Consumidor – CDC – completou 20 anos de existência sendo considerado pelos especialistas uma das leis mais modernas do mundo na área.

O CDC criou importantes instrumentos e

mecanismos de defesa em favor do cidadão. Isso porque, entre os seus princípios, está o do reconhecimento da condição de vulnerabilidade do consumidor, isto é, a própria lei já reconhece de imediato essa posição mais frágil, em relação ao poder econômico exercido pelas forças capitalistas.

A Defensoria Pública, por sua ligação direta com os problemas do cidadão, tem um papel de extrema relevância na causa do consumidor, atuando continuamente nesse campo, inaugurando cada vez mais iniciativas em defesa do consumidor, seja através do ajuizamento de ações coletivas, seja através de campanhas de prevenção.

Por isso, se o cidadão for lesado em algum direito do consumidor, por parte de alguma instituição ou organismo federal, a Defensoria Pública da União fará valer aquele direito.

6.1 PROJETOS ESPECIAIS

DPU ITINERANTE

O Projeto DPU Itinerante consiste no deslocamento de Defensor Público Federal e de estrutura de apoio para localidades distantes da sede da Defensoria Pública da União, a fim de prestar orientação jurídica integral, gratuita e de qualidade, promovendo, de forma real e efetiva, a cidadania e o acesso à Justiça.

A iniciativa se justifica pelas distorções entre as capitais dos Estados e o interior, onde a situação do assistido é mais precária. O projeto já promoveu mais de 20 mil atendimentos, tornando-se referência na prestação de serviço público. Também é uma oportunidade para a DPU disseminar informação sobre direitos fundamentais.

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, foram realizadas trinta e oito edi-

ções do Projeto DPU Itinerante, por meio do qual a Instituição leva assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas no interior do país.

DPU NAS ESCOLAS

Projeto direcionado a instituições de ensino em que Defensores Públicos Federais visitam escolas públicas para esclarecer estudantes de nível médio e fundamental sobre direitos de cidadania instituídos pela Constituição Federal.

Os Defensores explicam, ainda, como é feito o acesso à assistência jurídica gratuita por meio dos serviços da DPU. O projeto inclui a apresentação de vídeo e a distribuição de material educativo.

Para estimular a participação dos jovens, é selecionado o aluno de maior destaque nas palestras para atuar como estagiário remunerado na Defensoria Pública da União nos esta-

dos onde o projeto estiver implantado.

ATUAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A Defensoria Pública da União atua no Sistema Penitenciário Federal, promovendo a prestação de assistência jurídica gratuita aos custodiados em penitenciárias federais brasileiras.

A assistência jurídica promovida dentro dos presídios tem por finalidade a conscientização do preso quanto aos seus direitos e deveres, bem como a interposição de medidas administrativas e judiciais, individuais ou coletivas que visem a melhoria das condições estruturais e materiais dos estabelecimentos penais, a garantia à saúde da pessoa encarcerada e a promoção de outros direitos previstos na Lei de Execuções Penais e na Constituição Federal.

A DPU também elabora e propõe alterações legislativas e recomendações de boas

práticas que busquem aprimorar o funcionamento das penitenciárias federais, sob responsabilidade do governo federal.

PROJETO VISITA VIRTUAL

Trata-se de projeto conduzido em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN - para permitir aos presos em presídios federais contato com suas famílias.

Em 31 unidades da DPU, existem salas onde os familiares podem falar, via internet, com os presos em quatro penitenciárias federais. Com antecedência, as famílias marcam a data da “Visita Virtual” e, na penitenciária, são tomadas as providências para que o preso esteja disponível na hora marcada. O projeto busca ressocializar o preso, mantendo contato com sua família.

DIREITOS RELIGIOSOS DE PRESOS

ESTRANGEIROS

A boa prática correcional é construída

sobre o reconhecimento dos valores humanos fundamentais, como o respeito aos indivíduos. Isso inclui a necessidade de considerar as diferenças sociais, culturais e religiosas daqueles que cometeram delitos.

Respeitando esse princípio, a DPU elaborou uma cartilha com informações sobre direitos religiosos de presos muçulmanos, que tem por objetivo harmonizar a rotina de penitenciárias brasileiras com a diversidade cultural de presos estrangeiros no Brasil.

6.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Defensoria Pública da União tem intensificado o relacionamento com instituições afins de outros países, procurando estabelecer redes de cooperação internacional, bem como apresentar o bem sucedido modelo brasileiro de assistência jurídica gratuita aos necessitados. Atualmente a DPU participa de

maneira multilateral dos seguintes grupos:

REUNIÃO ESPECIALIZADA DOS DEFENSORES PÚBLICOS OFICIAIS - REDPO

A Reunião Especializada dos Defensores Públicos Oficiais – REDPO – tem por objetivos a coordenação e a cooperação das Defensorias Públicas Oficiais dos Estados Partes do MERCOSUL; a busca pela autonomia financeira das Defensorias Públicas dos Estados Partes, o fortalecimento institucional dessas entidades, assim como auxílio na defesa das garantias reconhecidas à sociedade civil do Bloco.

REUNIÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - RIPAJ

Visando à intensificação dos laços de cooperação entre os países de língua portuguesa, a Defensoria Pública da União propôs a criação de um foro que reunisse as institui-

ções públicas de papel análogo ao da DPU nos países lusófonos, com o objetivo de firmar a cooperação mútua entre tais instituições. Assim se desenvolveu o projeto da I Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa – RIPAJ.

DPU NO TIMOR LESTE E MOÇAMBIQUE

A República Democrática de Timor-Leste obteve sua independência total em 20 de maio de 2002. Desde 2005 a DPU colabora em um projeto denominado “Apoio ao Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste” que visa implementar a Defensoria Pública naquele país.

O projeto de cooperação é apoiado pela Organização das Nações Unidas – ONU – por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, e conta com a participação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC –, e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Outro país com o qual DPU tem desenvolvido importante cooperação é Moçambique. A DPU é signatária do Protocolo de Intenções com o Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica da República de Moçambique – IPAJ.

7 PRÊMIOS INNOVARE

ASSISTÊNCIA A ATINGIDOS PELA HANSENÍASE NO MARANHÃO

A Defensoria Pública da União venceu em 2012 a 9ª edição do Prêmio Innovare com o projeto de assistência jurídica a hansenianos no Maranhão.

O projeto se desenvolve desde 2009, com foco em mecanismos extrajudiciais de assistência e articulação com setores do governo e da sociedade civil, a fim de assegurar os direitos e resgatar a cidadania de pessoas

atingidas pela doença.

A prática inovadora inclui, entre outras medidas, ações relacionadas à reestruturação física do Hospital Aquiles Lisboa – localizado na capital, São Luís –, concessão de pensão especial a indivíduos submetidos à internação compulsória e o fornecimento de próteses e órteses. O Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan – atuou como parceiro da DPU no projeto.

ERRADICAÇÃO DO ESCALPELAMENTO NA AMAZÔNIA – JUSTIÇA PARA A POPULAÇÃO INVISÍVEL

O Projeto, premiado na 7ª edição do Prêmio Innovare em 2010, faz parte de um acordo entre a Defensoria Pública da União e o Departamento de Defesa do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça, com o objetivo de erradicar o escalpелamento.

O escalpелamento atinge comunidades ribeirinhas da Amazônia, e seus efeitos atin-

gem, além da vítima, sua família, sua comunidade e o serviço público de saúde. O projeto tem duas linhas de atuação: ações reparadoras e ações preventivas. Nas ações reparadoras, a Defensoria Pública da União orienta a vítima sobre seus direitos, providencia a documentação para o recebimento da indenização com base no seguro DPEM, garante a cirurgia plástica reparadora, além de estimular a vítima a frequentar cursos de capacitação, visando a sua ressocialização.

Nas ações preventivas, o objetivo é cobrir o eixo que liga o motor à hélice nas embarcações ribeirinhas e promover campanhas de prevenção e orientação, ensinando como agir diante de um acidente causador do escalpелamento, minimizando as sequelas.

8 DPU EM NÚMEROS

8.1 QUANTIDADE GLOBAL DE ATENDIMENTOS AOS ASSISTIDOS

Em 2012, a Defensoria Pública da União empreendeu diversas ações visando garantir aos cidadãos o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita.

A quantidade de atendimentos aos assistidos é apurada considerando os atendimentos realizados em todos os órgãos de atuação da DPU e as seguintes variáveis:

- a) primeiro atendimento do assistido;
- b) atendimento de retorno do assistido;
- c) número de audiências e sustentações orais;
- d) pareceres de arquivamento por inviabilidade jurídica;
- e) comunicações e ofícios expedidos nos processos de assistência jurídica – PAJ – e petições;
- f) manifestações judiciais e extrajudiciais.

A Tabela 6 ilustra a quantidade de atendimentos aos assistidos no período de janeiro/2011 a dezembro/2013.

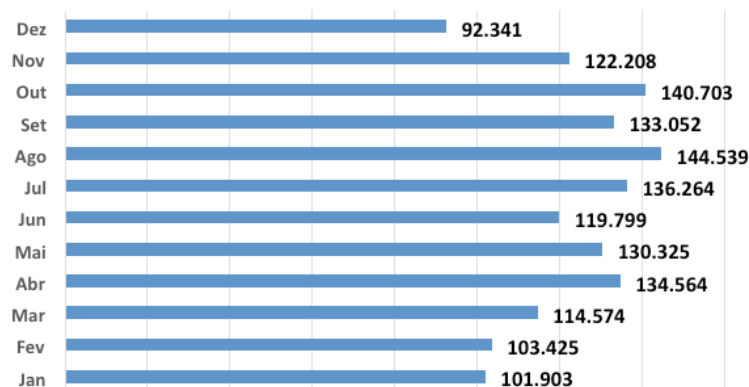
Tabela 6: Atendimento aos assistidos – 2011-2013

Período	Total de Atendimentos Realizados
Dez/2013	1.473.176
Dez/2012	1.207.259
Dez/2011	1.275.771

Fonte: DPU/ASPLAN

No período de janeiro a dezembro/2013, a quantidade de atendimentos aos assistidos ultrapassou a marca de 90 mil eventos mensais, com destaque para o mês de agosto/2013 cuja performance atingiu mais de 144 mil, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3: Eventos de atendimento aos assistidos – janeiro a dezembro/2013



Fonte: DPU/ASPLAN

8.2 QUANTIDADE DE PESSOAS SENDO ASSISTIDAS

Em dezembro de 2013, aproximadamente 639 mil cidadãos permaneciam recebendo assistência nos 64 órgãos de atuação da DPU instalados no País, conforme Tabela 7.

Tabela 7: Quantidade de cidadãos sendo assistidos – 2011-2013

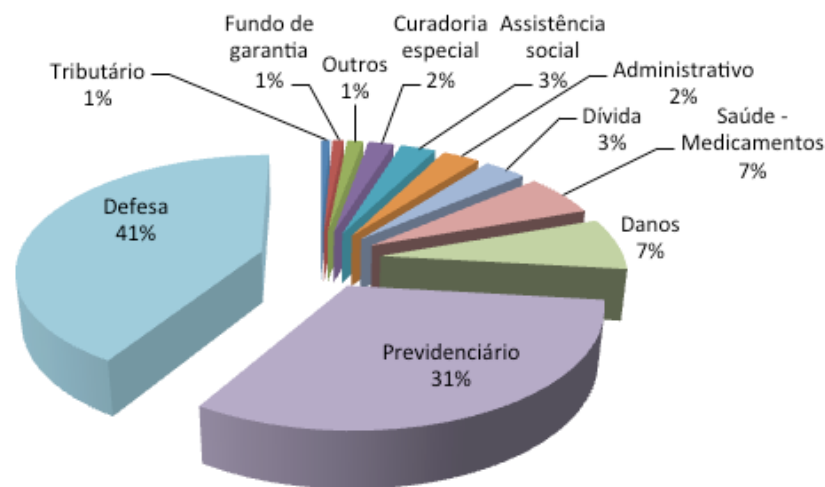
Período	Total de Pessoas Assistidas
Dez/2013	638.838
Dez/2012	565.215
Dez/2011	480.538

Fonte: DPU/ASPLAN

8.3 QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS AOS ASSISTIDOS – POR TIPO DE PRETENSÃO

Considerando o agrupamento dos atendimentos por tipo de pretensão manifestada pelos assistidos no período de janeiro a dezembro de 2013, observa-se predominância das pretensões relacionadas à defesa em ações, execuções e processos (41%) e ao direito previdenciário (31%), conforme Gráfico 4.

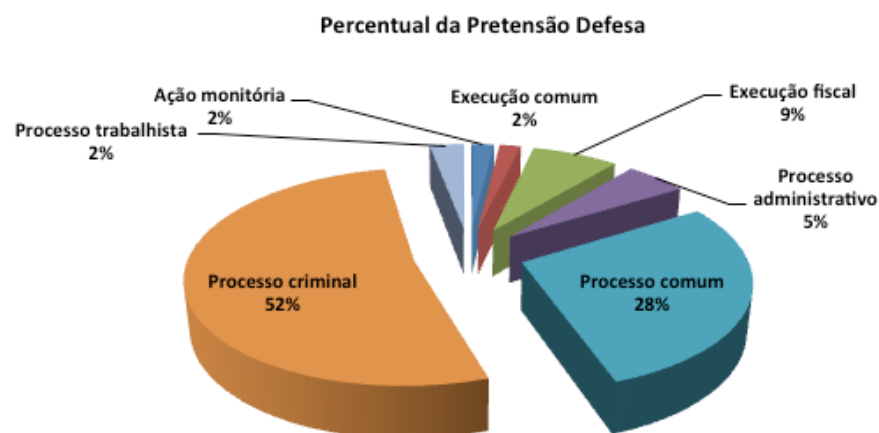
Gráfico 4: Atendimento aos assistidos, por tipo de pretensão – janeiro a dezembro/2013



Fonte: DPU/ASPLAN

Com relação às pretensões de defesa, observa-se predominância daquelas relacionadas à processo criminal (52%) e a processo comum (28%), conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Atendimento aos assistidos, por tipo de pretensão – janeiro a dezembro/2013

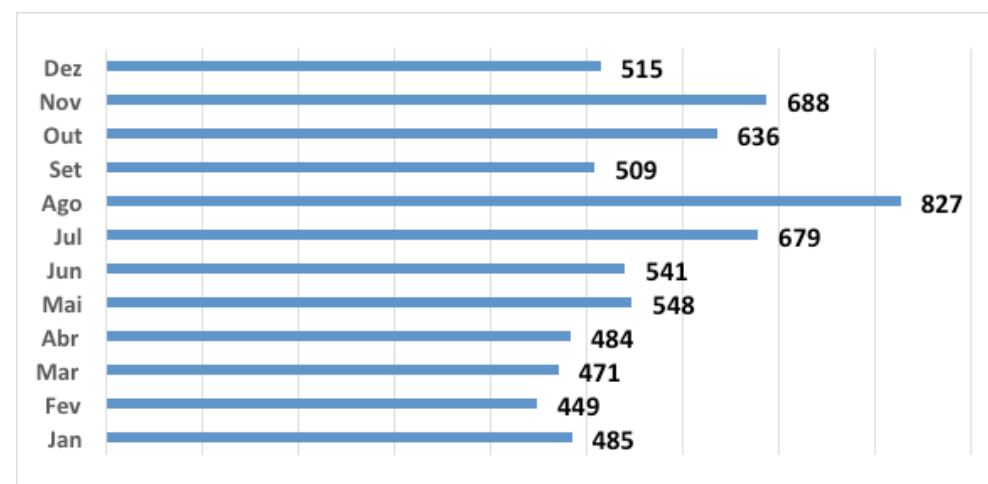


Fonte: DPU/ASPLAN

8.4 QUANTIDADE DE ASSISTIDOS BENEFICIADOS EM CONCILIAÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e com Caixa Econômica Federal. Tais iniciativas permitem a redução substancial do volume de demandas judiciais e propiciam agilidade no atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários. Em 2013, mais de 6.800 assistidos foram beneficiados com conciliações extrajudiciais, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6: Assistidos beneficiados com conciliações extrajudiciais



Fonte: DPU/ASPLAN

8.5 QUANTIDADE DE PROCESSOS ARQUIVADOS POR INVIABILIDADE DA PRETENSÃO

Em 2013, a atuação da DPU junto aos assistidos resultou no arquivamento de 14.285 processos de assistência jurídica por inviabilidade da pretensão. Dessa forma, no período de janeiro/2011 a dezembro de 2013 foi evitada a protocolização de aproximadamente 46.000 processos junto à Justiça Federal, contribuindo significativamente para a diminuição do índice de congestionamento do Judiciário, conforme Tabela 8, a seguir:

Tabela 8: Processos arquivados por inviabilidade da pretensão

	2011	2012	2013
Processos arquivados por inviabilidade da pretensão	16.322	14.603	14.285

Fonte: DPU/ASPLAN

8.6 QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS POR Órgão de Atuação

No período de janeiro/2011 a dezembro de 2013, a DPU realizou aproximadamente 4 milhões de atendimentos. O total de atendimentos aos assistidos nos órgãos de atuação instalados no país pode ser visualizado na Tabela 9, a seguir:

**Tabela 9: Atendimentos aos assistidos – por Órgão de atuação –
2011 a 2013**

UF	Órgão de Atuação	dez/11	dez/12	dez/13	Total de Atendimentos (2011-2013)
AC	Rio Branco	17.750	18.310	11.903	47.963
AL	Maceió	22.509	27.846	33.023	83.378
AL	Arapiraca			199	199
AM	Manaus	16.072	17.310	27.928	61.310
AP	Macapá	4.816	4.283	8.324	17.423
BA	Salvador	80.893	71.936	66.908	219.737
BA	Feira de Santana	4.518	3.980	4.192	12.690
BA	Vitória da Conquista	770	2.700	4387	7.857
CE	Fortaleza	40.600	37.984	38.186	116.770
DF	DPGU - Assessoria Internacional	232	866	1.601	2.699
DF	Brasília - 2ª Categoria	103.347	82.931	70.764	257.042
DF	Brasília - 1ª Categoria	15.277	18.200	21.761	55.238
DF	DPGU - Câmaras de Coordenação	438	9	59	506
DF	Brasília - Categoria Especial	77.344	41.008	35.911	154.263
DF	DPGU - Atuação junto ao STF	1.980	1.792	1.768	5.540
DF	SubDPGU - Atendimentos Especiais		37	387	424
ES	Vitória	45.483	51.431	48.691	145.605
ES	Linhares			21	21
GO	Goiânia	18.009	23.335	35.458	76.802
MA	São Luís	16.814	21.862	31.321	69.997
MG	Juiz de Fora	7.718	11.036	15.889	34.643
MG	Belo Horizonte	91.439	69.114	79.325	239.878
MG	Uberlândia	5.753	6.284	12392	24.429
MS	Dourados	980	1.341	2.642	4.963
MS	Campo Grande	20.440	19.295	15.844	55.579
MT	Cáceres	1.269	1.693	2.430	5.392
MT	Cuiabá	14.336	15.933	11.149	41.418
PA	Belém	19.298	20.754	27.759	67.811
PA	Santarém			1	1
PB	Campina Grande	2.239	4.313	9.026	15.578
PB	João Pessoa	16.514	14.066	27.889	58.469
PE	Caruaru	134	1.223	2.739	4.096
PE	Petrolina/Juazeiro	1.216	4.522	6.930	12.668
PE	Recife	58.613	48.680	58.174	165.467

PI	Teresina	12.519	15.216	17.329	45.064
PR	Cascavel	2.185	3.455	8.327	13.967
PR	Foz do Iguaçu	1.920	5.100	12.648	19.668
PR	Londrina	769	1.305	1.183	3.257
PR	Curitiba	35.435	31.956	44.443	111.834
PR	Umuarama	7.656	7.937	9117	24.710
RJ	Regional da Baixada Fluminense	1	2.020	12.984	15.005
RJ	Regional Niterói, São Gonçalo e Itaboraí	1.297	4.727	19.254	25.278
RJ	Rio de Janeiro	108.523	102.717	105.286	316.526
RJ	Volta Redonda	173	1.275	5917	7.365
RN	Mossoró	700	1.979	4.246	6.925
RN	Natal	49.550	42.225	72.585	164.360
RO	Porto Velho	26.269	24.184	23.770	74.223
RR	Boa Vista	7.572	8.059	14.051	29.682
RS	Bagé	9.950	8.729	11.011	29.690
RS	Pelotas	14.416	11.496	13.737	39.649
RS	Porto Alegre - 1ª Categoria	16.402	24.676	20.812	61.890
RS	Porto Alegre - 2ª Categoria	43.952	37.359	59.351	140.662
RS	Rio Grande	163	814	1.925	2.902
RS	Santa Maria	16.513	15.513	23389	55.415
RS	Uruguaiana		255	1866	2.121
SC	Joinville	2.046	8.009	11.355	21.410
SC	Florianópolis	35.283	35.976	43265	114.524
SE	Aracaju	12.213	12.895	12816	37.924
SP	Regional ABC			3.053	3.053
SP	Campinas	22.436	13.552	19.291	55.279
SP	Guarulhos	22.245	19.922	18.503	60.670
SP	Ribeirão Preto	3.299	6.994	10.585	20.878
SP	Santos	8.931	10.574	14692	34.197
SP	São José dos Campos	2.289	2.741	4723	9.753
SP	São Paulo	97.009	92.360	125623	314.992
SP	Sorocaba	628	1.092	2013	3.733
TO	Palmas	4.883	6.377	8425	19.685
		1.274.028	1.205.563	1.472.556	3.952.147

Fonte: DPU/ASPLAN

8.7 QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS – PROJETO VISITA VIRTUAL

No período de janeiro a dezembro de 2013, foi realizado um total de 811 eventos no âmbito do Projeto Visita Virtual nas 31 unidades da DPU nas quais existem salas que permitem aos familiares o contato, via internet, com os presos em quatro penitenciárias federais, conforme Tabela 10.

Tabela 10: atendimentos Projeto Visita Virtual – por UF – Janeiro a Dezembro/2013

UF	Penitenciária Federal de Catanduvas (PR)	Penitenciária Federal de Campo Grande (MS)	Penitenciária Federal de Porto Velho (RO)	Penitenciária Federal de Mossoró (RN)	Total	
AC	8			4	12	1,5%
AL	42	69	16	1	128	15,8%
AM		36	4	7	47	5,8%
AP		18		4	22	2,7%
BA		4	1		5	0,6%
CE	15	10	19		44	5,4%
DF		3	2	8	13	1,6%
ES	13	9	18	24	64	7,9%
GO	2	13	2	7	24	3,0%
MA		5	10		15	1,8%
MT	1		3		4	0,5%
MS		3	11		14	1,7%
MG		8	1		9	1,1%
PA		1			1	0,1%
PB	11	1	11	3	26	3,2%
PR			20	25	45	5,5%
PE	22	12	5		39	4,8%
PI			3		3	0,4%
RJ	36	21	38		114	14,1%
RN	11	3	18		32	3,9%
RS					0	0,0%
RO	4	40		4	48	5,9%
RR		8	11	5	24	3,0%
SC		11		28	39	4,8%
SP		13	21		34	4,2%
SE			4		4	0,5%
TO			1		1	0,1%
Total	165	288	219	139	811	
	20,3%	35,5%	27,0%	17,1%		100,0%

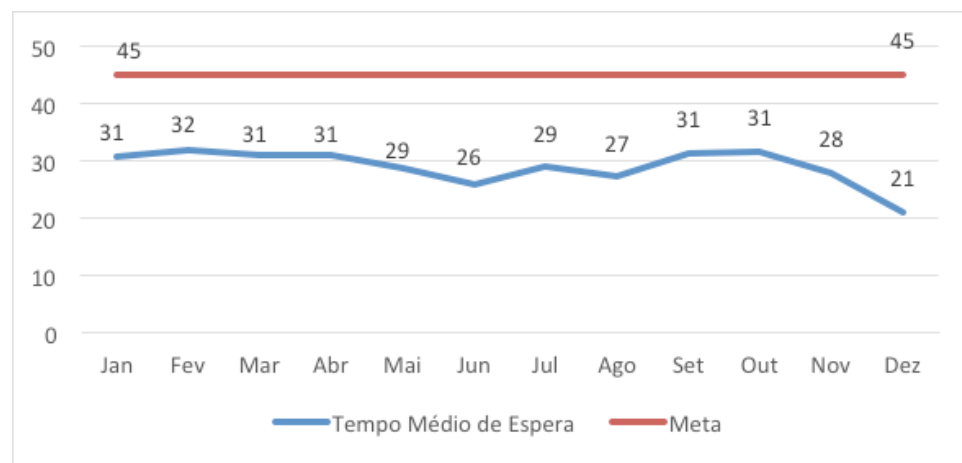
Fonte: MJ/Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN

9 DESEMPENHO INSTITUCIONAL

9.1 TEMPO MÉDIO DE ESPERA – GLOBAL

O tempo médio global decorrido entre a chegada do assistido aos órgãos de atuação da DPU e o efetivo início do atendimento apresenta redução considerável no período janeiro a dezembro/2013, conforme Gráfico 7.

Gráfico 7: Tempo médio de espera (em minutos) – janeiro a dezembro /2013

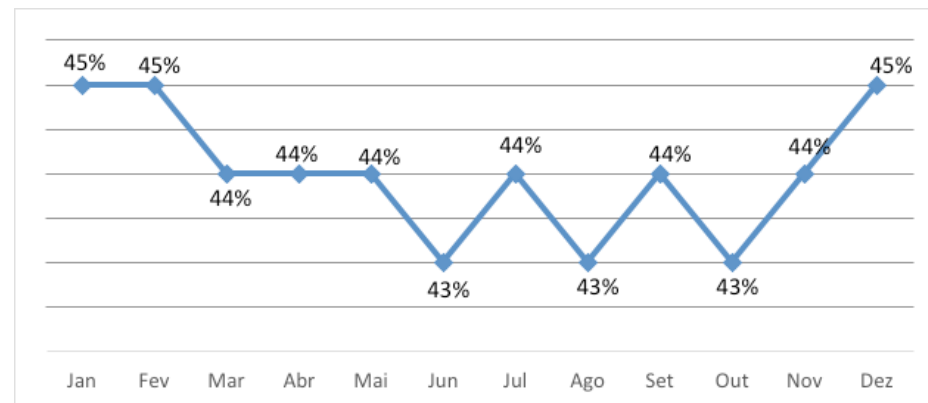


Fonte: DPU/ASPLAN

9.2 Índice de ESTOQUE INSTITUCIONAL

Em 2013, a proporcionalidade entre o total de Processos de Assistência Jurídica (PAJ) encerrados até determinado mês e o total de PAJ abertos até aquele mês nos órgãos de atuação da DPU manteve-se estável variando entre 43% a 45% (Gráfico 8).

Gráfico 8: Estoque institucional – janeiro a dezembro/2013

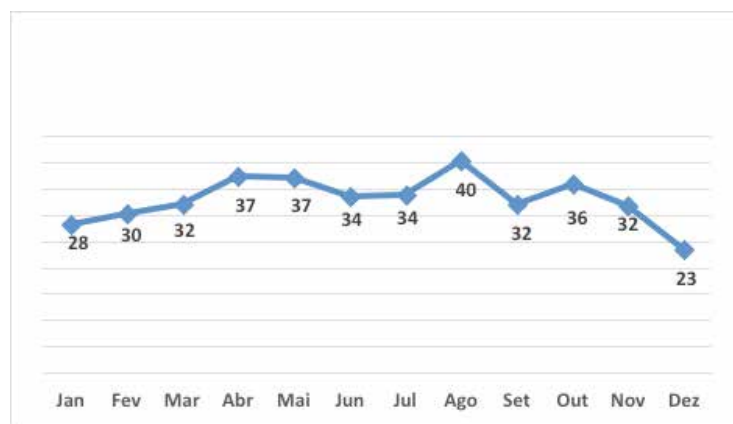


Fonte: DPU/ASPLAN

9.3 COEFICIENTE DE PROCESSOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ABERTOS POR DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL

No mesmo período, a proporcionalidade entre o total de Processos de Assistência Jurídica abertos e a quantidade de Defensores Públicos Federais lotados nos órgãos de atuação da DPU apresentou tendência de crescimento ao longo do ano, no entanto a partir do mês de setembro/2013 houve uma reversão nessa tendência devido ao ingresso de novos Defensores na DPU, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9: Processos de Assistência Jurídica abertos por Defensor – janeiro a dezembro /2013



Fonte: DPU/ASPLAN

9.4 COEFICIENTE DE PROCESSOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA ATIVOS POR DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL

Em relação à proporcionalidade entre o total de PAJ ativos e a quantidade de Defensores Públicos Federais, observa-se um crescimento de 13% passando de 1.129 em janeiro de 2013 para 1.276 em dezembro do mesmo ano. Essa tendência de crescimento foi interrompida no mês de setembro quando houve uma reversão nessa tendência devido ao ingresso de novos defensores na DPU, conforme mostrado no Gráfico 10.

Gráfico 10: PAJ ativo por Defensor – Janeiro a dezembro /2013



Fonte: DPU/ASPLAN

9.5 DÉFICIT DE DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS

Considerando a existência de ao menos 01 defensor público federal para cada 100.000 pessoas com mais de dez anos de idade e rendimento mensal de até três salários mínimos, o tempo médio de espera e o número atual de defensores lotados nos órgãos de atuação, estima-se que a quantidade de defensores de 1ª e 2ª categoria da DPU, deveria ser ampliada, passando de 506 (109 de 1ª Categoria e 397 de 2ª Categoria) para 1.469 (317 de 1ª Categoria e 1.152 de 2ª Categoria), conforme Tabelas 7.1 e 7.2.

Tabela 11: Déficit de Defensores Públicos Federais de 1ª Categoria

	Quantidade de Defensores		Déficit	
	Atual	Estimada	Quantidade	%
AC	1	3	2	67%
AL	-	-	-	-
AM	1	3	2	67%
AP	-	-	-	-
BA	4	12	8	67%
CE	5	14	9	64%
DF	13	38	25	66%
ES	1	3	2	67%
GO	1	3	2	67%
MA	-	-	-	-
MG	6	17	11	65%
MS	1	3	2	67%
MT	2	6	4	67%
PA	1	3	2	67%
PB	2	6	4	67%
PE	11	32	21	66%
PI	1	3	2	67%
PR	5	14	9	64%
RJ	19	55	36	65%
RN	2	6	4	67%
RO	-	-	-	-
RR	-	-	-	-
RS	10	29	19	66%
SC	2	6	4	67%
SE	2	6	4	67%
SP	19	55	36	65%
TO	-	-	-	-
Total	109	317	208	66%

Fonte: DPU/ASPLAN e DPU/SGP

Tabela 12: Déficit de Defensores Públicos Federais de 2ª Categoria

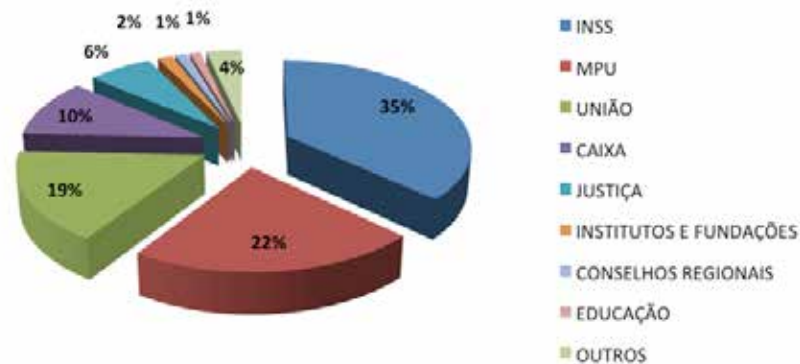
	Quantidade de Defensores		Déficit	
	Atual	Estimada	Quantidade	%
AC	5	15	10	67%
AL	7	20	13	65%
AM	8	23	15	65%
AP	2	6	4	67%
BA	20	58	38	66%
CE	11	32	21	66%
DF	25	73	48	66%
ES	11	32	21	66%
GO	9	26	17	65%
MA	6	17	11	65%
MG	31	90	59	66%
MS	7	20	13	65%
MT	7	20	13	65%
PA	10	29	19	66%
PB	7	20	13	65%
PE	20	58	38	66%
PI	6	17	11	65%
PR	25	73	48	66%
RJ	49	142	93	65%
RN	9	26	17	65%
RO	7	20	13	65%
RR	4	12	8	67%
RS	25	73	48	66%
SC	9	26	17	65%
SE	4	12	8	67%
SP	70	203	133	66%
TO	3	9	6	67%
Total	397	1152	755	66%

Fonte: DPU/ASPLAN e DPU/SGP

9.6 ATENDIMENTOS AOS ASSISTIDOS – PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE ORIGEM DE LITÍGIOS

Considera percentualmente os órgãos públicos que figuram no polo passivo da disputa com os cidadãos assistidos pela DPU em 2013, observa-se que o INSS, o Ministério Público, a União Federal e a CEF representam 87% das demandas, conforme Gráfico 12.

Gráfico 11: Atendimento aos assistidos – Órgãos de origem dos litígios



Fonte: DPU/ASPLAN

10 COBERTURA GEOGRÁFICA DA ATUAÇÃO DA DPU

A presente seção destina-se à apresentação visual da abrangência da atuação da DPU nos municípios, evidenciando as lacunas de sua presença no território brasileiro.

Para identificação da presença dos órgãos de atuação da DPU em cada Unidade da Federação foi utilizado o método de diferenciação por cores, a saber:

- **VERDE:** municípios onde há a presença da DPU e Seção Judiciária;
- **AMARELO:** municípios onde há a presença da DPU e Subseção Judiciária;
- **AZUL:** municípios onde não há a presença da DPU e existe Subseção Judiciária;
- **SALMÃO:** municípios de domicílio dos cidadãos demandantes de assistência jurídica da DPU; e
- **ROSA:** municípios onde não houve demanda de assistência jurídica da DPU pelos cidadãos.

10.1 PRESENÇA DA DPU NOS ESTADOS

A Defensoria Pública da União está presente em todas as Unidades da Federação por meio de 64 Órgãos de Atuação (Figura 6). Esta cobertura geográfica equivale a 24% das Seções e Subseções da Justiça Federal criadas e/ou instaladas. Com a expansão prevista no Plano de Interiorização da DPU espera-se ampliar de 64 para 271 o número de Seções e Subseções Judiciais atendidas pela DPU.

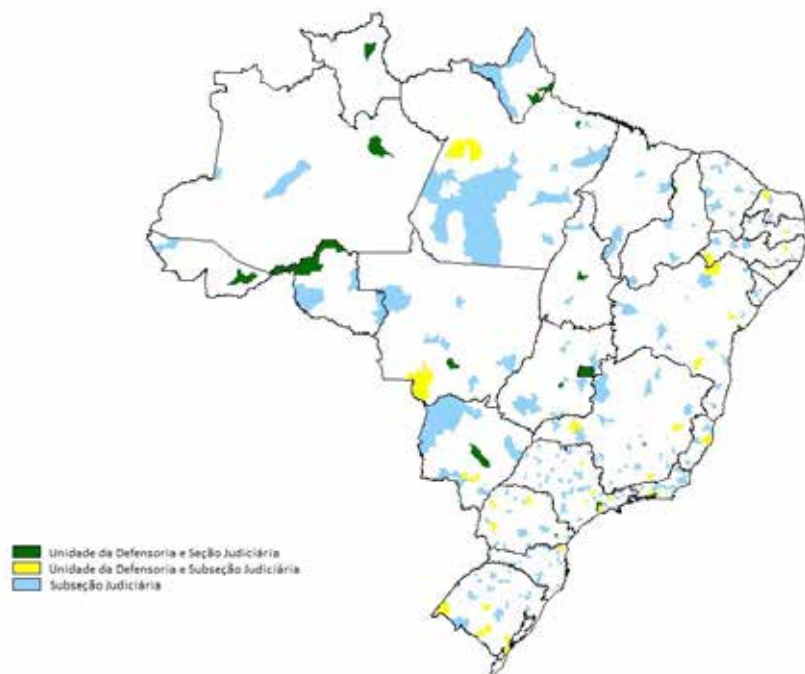
A população-alvo da DPU é composta por aproximadamente 142 milhões de pessoas com rendimentos de até três salários mínimos. Nos municípios onde estão localizados os órgãos de atuação da DPU e existem seções e subseções judiciais instaladas a população com rendimentos de até três salários mínimos totaliza cerca de 77 milhões de habitantes, o que resulta em uma cobertura de 54%.

Tabela 13: Nível de cobertura da população alvo até 3 SM.

Total de Seções/Subseções Judiciais	Total de Seções/Subseções Judiciais atendidas pela DPU	Total de Subseções Judiciais não atendidas pela DPU	População alvo até 3 SM dos municípios com cobertura da DPU	População alvo até 3 SM dos municípios sem cobertura da DPU
271	64	207	77.187.672	65.274.389

Fonte: ASPLAN

Figura 6: Presença da DPU nos Estados



Fonte: DPU/ASPLAN

Figura 7: Cobertura geográfica do atendimento da DPU



Fonte: DPU/ASPLAN

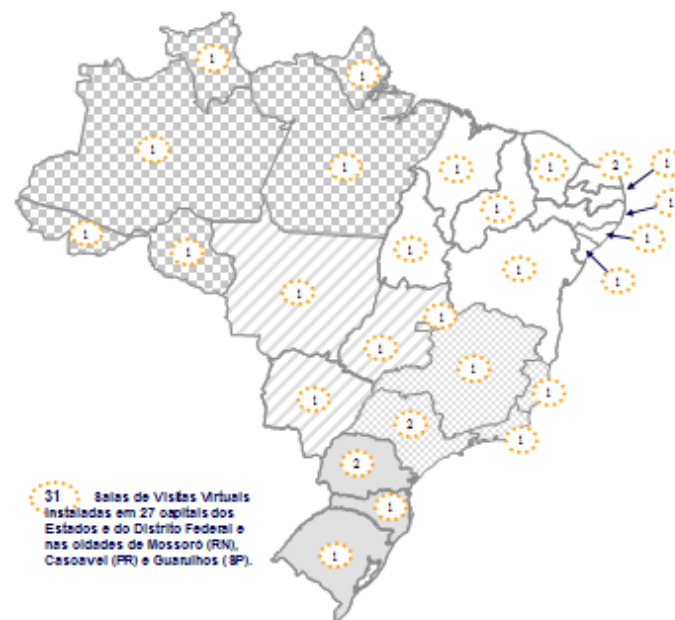
Os 64 órgãos de atuação da DPU atendem às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 3.254 dos 5.565 municípios brasileiros, o que corresponde a aproximadamente 58% de cobertura geográfica, conforme Figura 7.

10.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS SALAS DE VISITA VIRTUAL

Os equipamentos necessários à operacionalização do Projeto Sala de Visita Virtual encontram-se instalados nos órgãos de atuação situados nas 26 capitais dos Estados e do Distrito Federal e nas cidades de Mossoró (RN), Cascavel (PR) e Guarulhos (SP).

A localização geográfica dos órgãos de atuação da DPU, incluindo a Categoria Especial, que possuem equipamentos instalados pode ser visualizada na Figura 8, a seguir:

Figura 8: Distribuição salas de visita virtual



Fonte: DPU/SGAI

10.3 DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA NOS MUNICÍPIOS

A presente seção destina-se à apresentação visual da abrangência da atuação da DPU nos municípios, evidenciando as lacunas de sua presença no território brasileiro.

Para a obtenção das informações, buscou-se no Sistema Processo Eletrônico de Assistência Judiciária (E-PAJ) os municípios de origem dos cidadãos que demandaram assistência jurídica pela DPU no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2013, bem como informações contidas no Portal da Justiça Federal sobre a localização das Subseções Judiciárias¹.

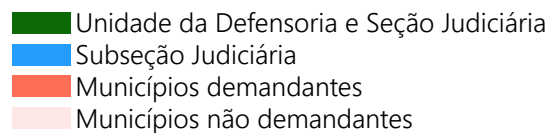
1 BRASIL. Portal da Justiça Federal. Disponível em <http://www.jf.jus.br/jf>. Acessado em Julho de 2013.

REGIÃO NORTE

ACRE

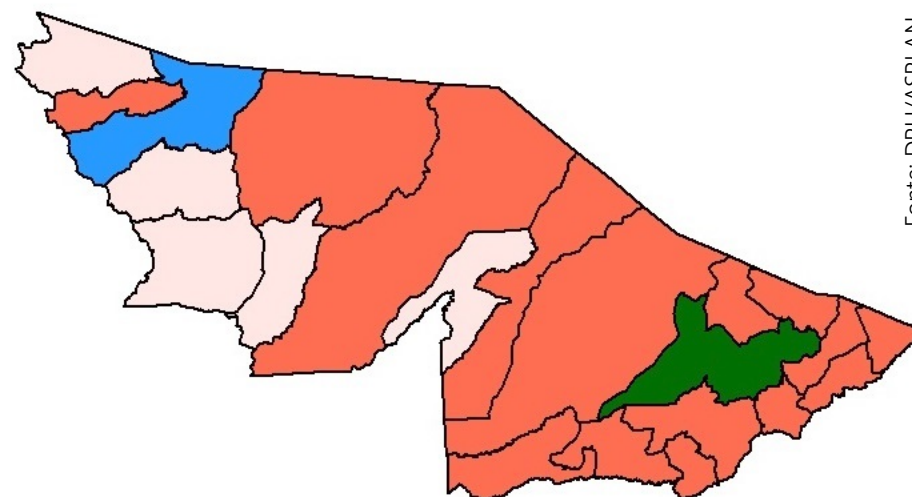
A DPU em Rio Branco (AC) realizou 83.577 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, foram atendidas demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 17 dos 22 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 77% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e uma subseção judiciária instaladas no Estado do Acre, o que representa cobertura de 50% dos órgãos de atuação da DPU.



Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 9: Demanda de Assistência Jurídica – Acre



Fonte: DPU/ASPLAN

AMAZONAS

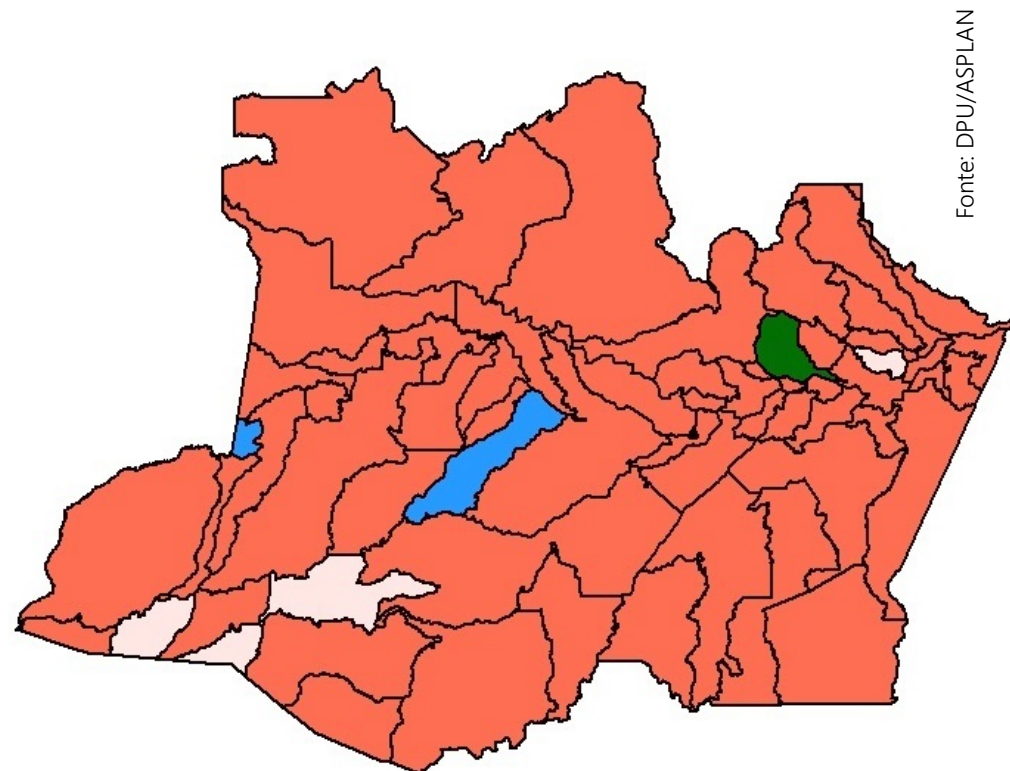
A DPU em Manaus realizou 61.310 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, foram atendidas demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 58 dos 62 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 94% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e duas subseções judiciárias no Estado do Amazonas, o que representa cobertura de 33% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 10: Demanda de Assistência Jurídica – Amazonas



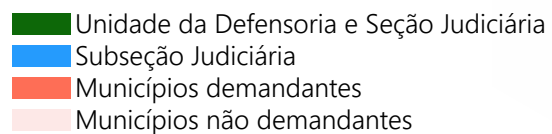
Fonte: DPU/ASPLAN

AMAPÁ

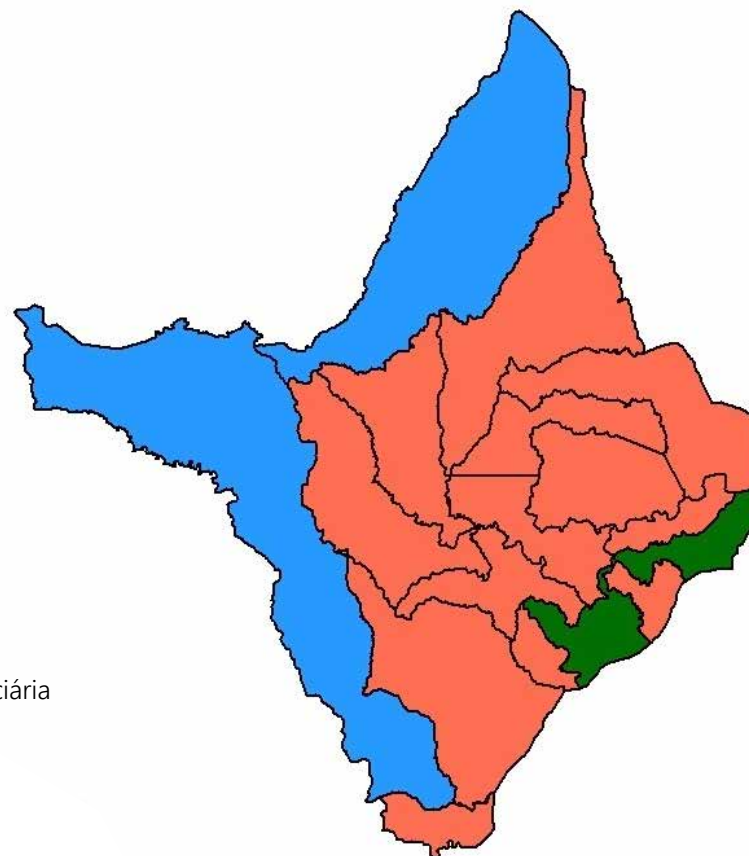
A DPU em Macapá realizou 17.423 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, foram atendidas demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas dos 16 municípios daquele Estado, correspondente a aproximadamente 100% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e duas subseções judiciárias no Estado do Amapá, o que representa cobertura de 33% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 11: Demanda de Assistência Jurídica – Amapá



Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013



Fonte: DPU/ASPLAN

PARÁ

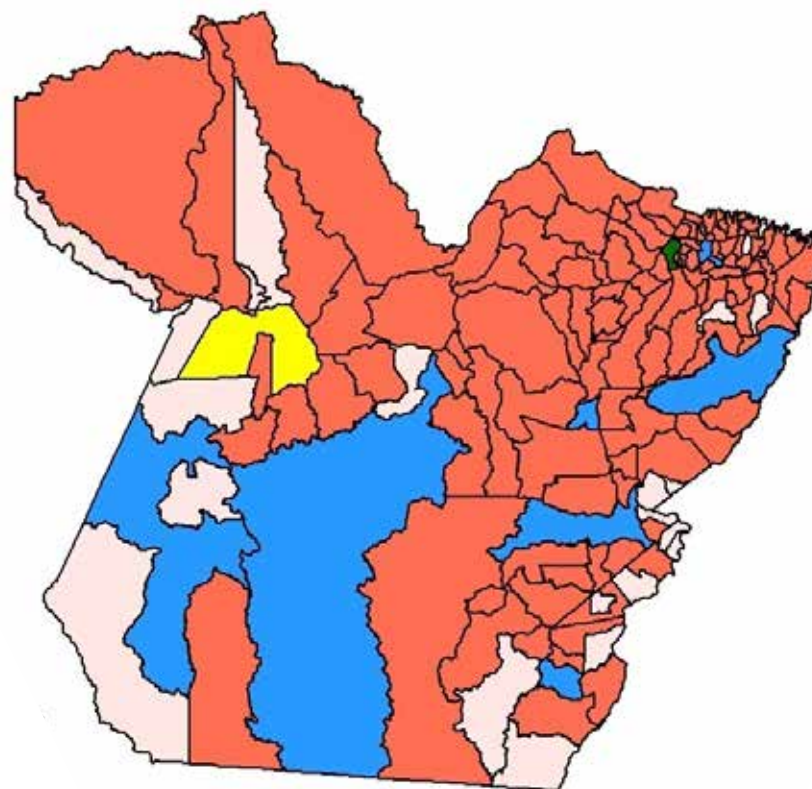
No Estado do Pará a DPU realizou 67.812 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Belém e Santarém atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 121 dos 143 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 85% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e oito subseções judiciárias no Estado, o que representa cobertura de 22% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 12: Demanda de Assistência Jurídica – Pará

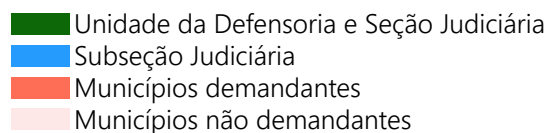


Fonte: DPU/ASPLAN

RONDÔNIA

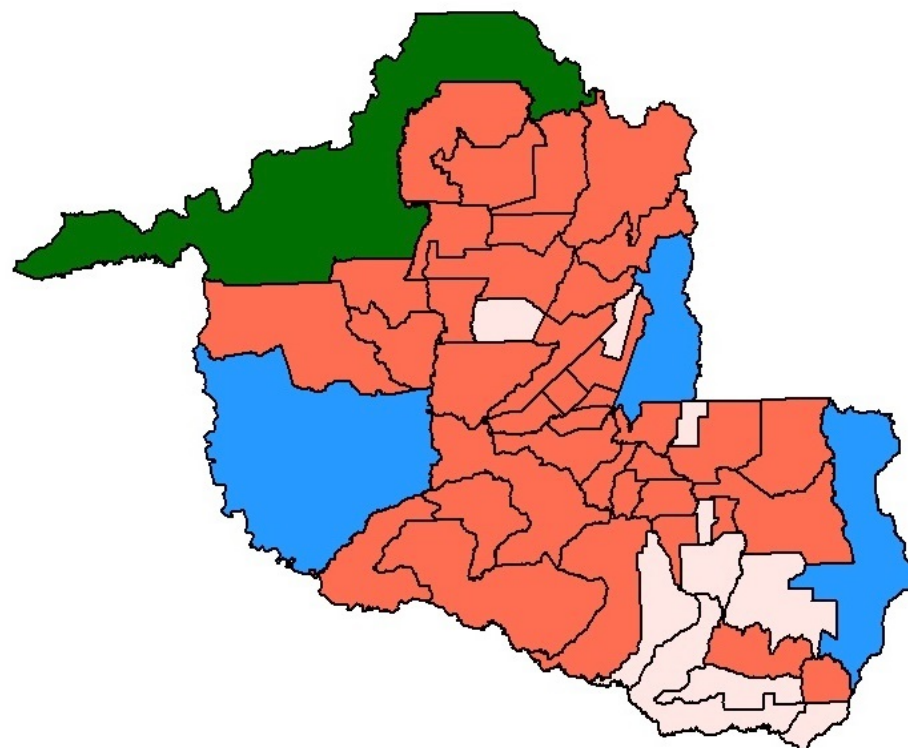
A DPU em Porto Velho realizou 74.223 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 42 dos 52 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 80% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e três subseções judiciárias no Estado de Rondônia, o que representa cobertura de 25% dos órgãos de atuação da DPU.



Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 13: Demanda de Assistência Jurídica – Rondônia



Fonte: DPU/ASPLAN

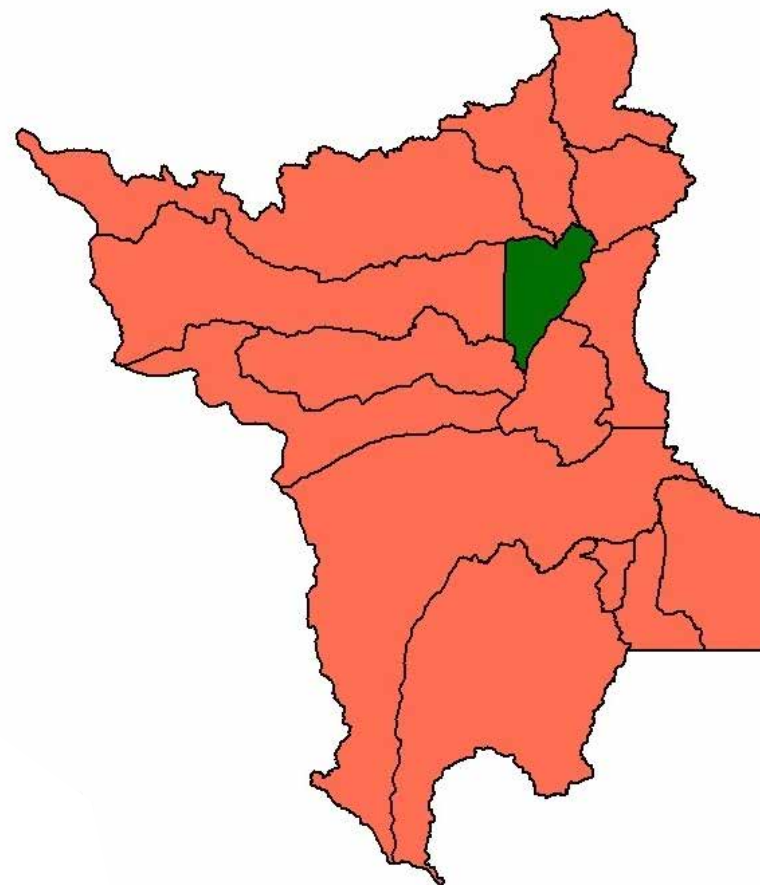
RORAIMA

A DPU em Boa Vista realizou 29.682 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas dos 15 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 100% do total de cidades. A Justiça Federal mantém uma seção judiciária, o que representa cobertura integral dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 14: Demanda de Assistência Jurídica – Roraima

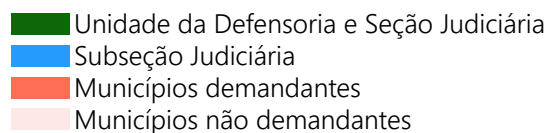


Fonte: DPU/ASPLAN

TOCANTINS

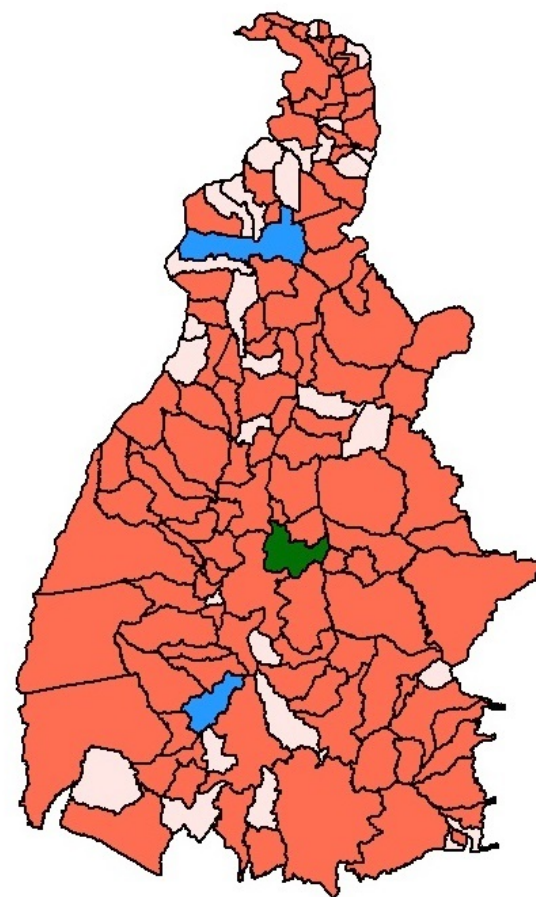
A DPU em Palmas realizou 19.685 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 110 dos 139 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 80% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e duas subseções judiciárias no Estado do Tocantins, o que representa cobertura de 33% dos órgãos de atuação da DPU.



Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 15: Demanda de Assistência Jurídica – Tocantins



Fonte: DPU/ASPLAN

REGIÃO NORDESTE

ALAGOAS

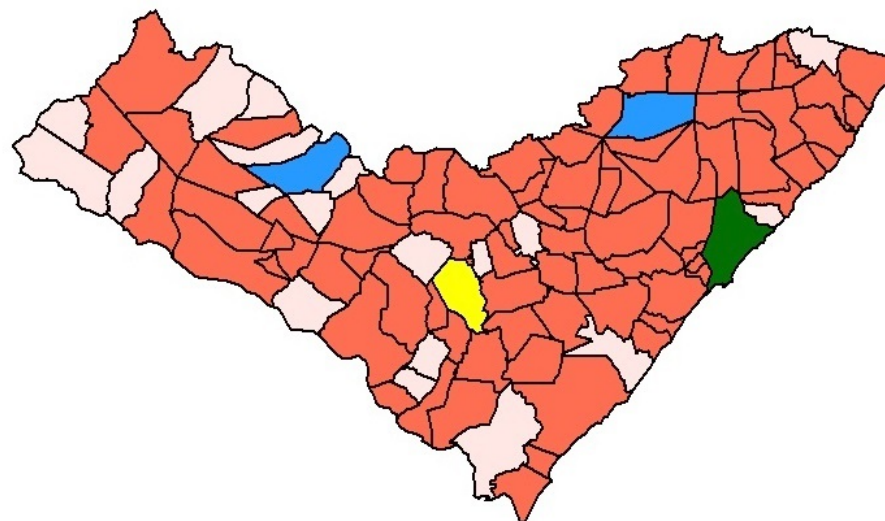
A DPU no Estado de Alagoas realizou 83.577 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Maceió e Arapiraca atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 83 dos 102 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 80% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e três subseções judiciárias no Estado de Alagoas, o que representa cobertura de 50% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 16: Demanda de Assistência Jurídica – Alagoas



Fonte: DPU/ASPLAN

BAHIA

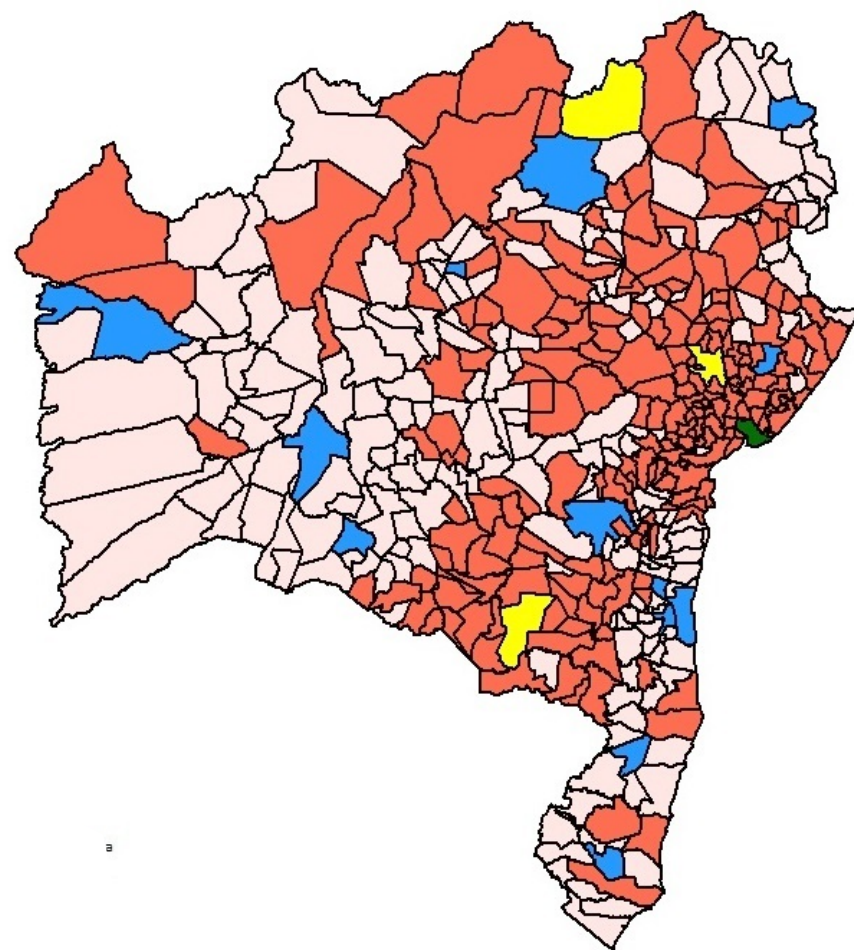
No Estado da Bahia, a DPU realizou 240.284 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 220 dos 417 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 53% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e 15 subseções judiciárias no Estado da Bahia, o que representa cobertura de 19% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 17: Demanda de Assistência Jurídica – Bahia



Fonte: DPU/ASPLAN

CEARÁ

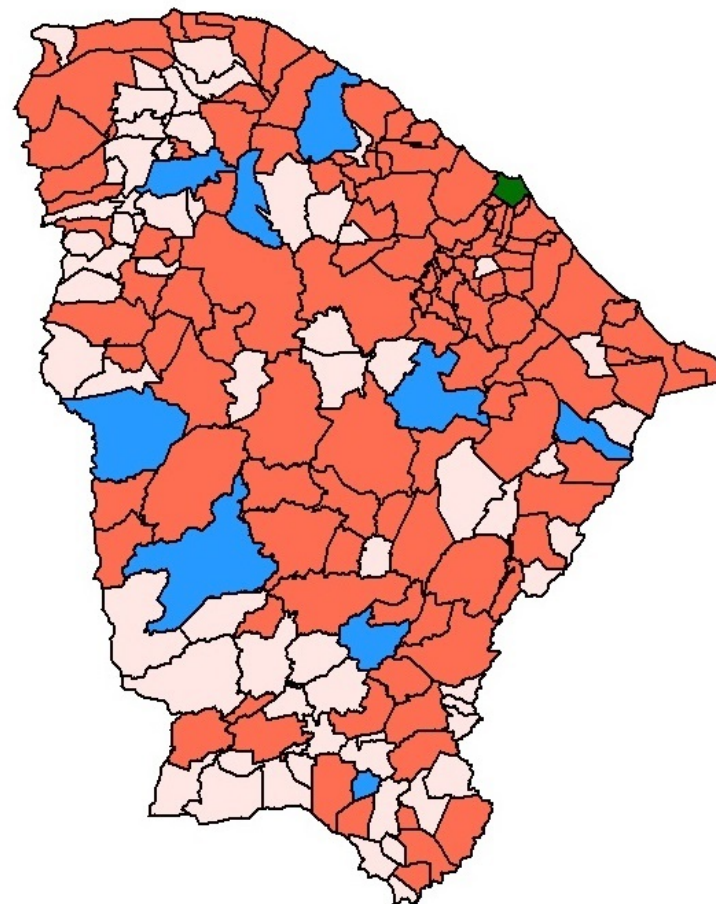
A DPU no Ceará realizou 116.770 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade de Fortaleza atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 119 dos 184 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 65% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e oito subseções judiciárias no Estado do Ceará, o que representa cobertura de 11% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 18: Demanda de Assistência Jurídica – Ceará

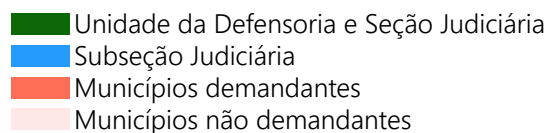


Fonte: DPU/ASPLAN

MARANHÃO

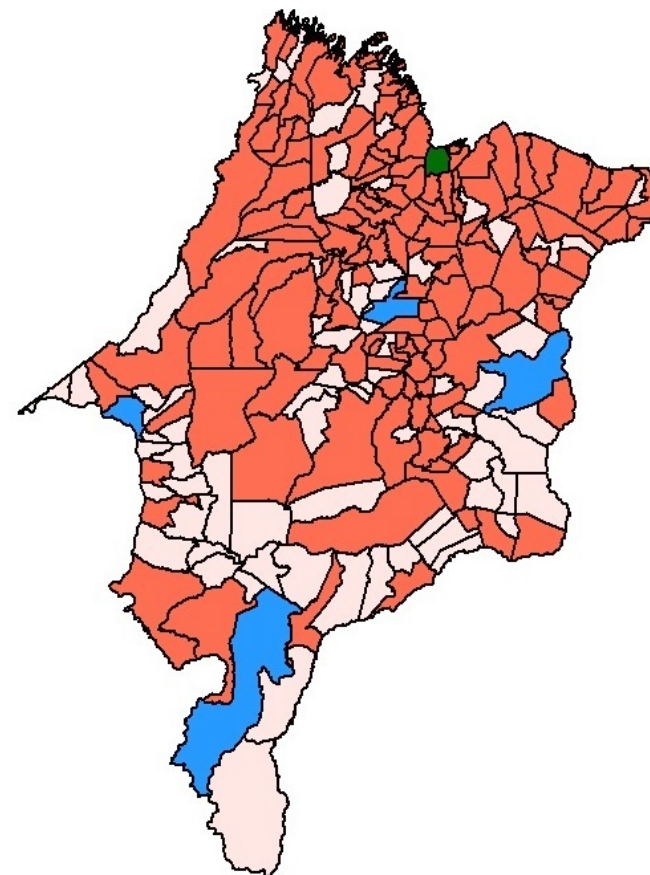
A DPU no estado do Maranhão realizou 69.997 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade de São Luís atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 143 dos 217 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 66% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e quatro subseções judiciárias no Maranhão, o que representa cobertura de 20% dos órgãos de atuação da DPU.



Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 19: Demanda de Assistência Jurídica – Maranhão



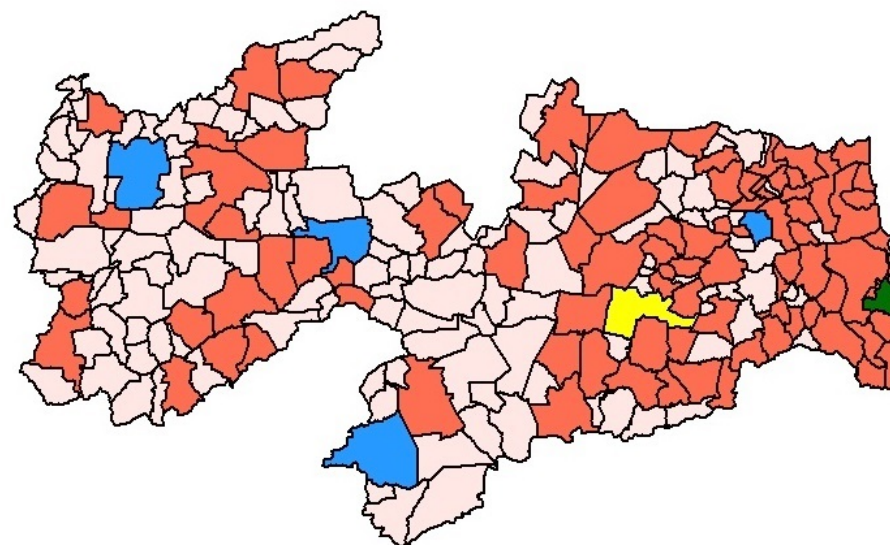
Fonte: DPU/ASPLAN

PARAÍBA

A DPU na Paraíba realizou 74.047 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de João Pessoa e Campina Grande atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 96 dos 223 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 43% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e cinco subseções judiciárias no Estado da Paraíba, o que representa cobertura de 33% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 20: Demanda de Assistência Jurídica – Paraíba



- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

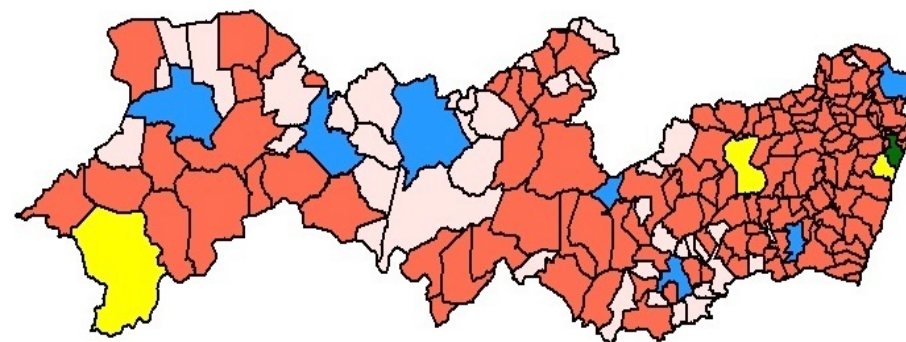
Fonte: DPU/ASPLAN

PERNAMBUCO

No estado de Pernambuco, a DPU realizou 182.231 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Recife, Caruaru e Petrolina atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 143 dos 185 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 77% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e dez subseções judiciárias no estado de Pernambuco, o que representa cobertura de 27% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 21: Demanda de Assistência Jurídica – Pernambuco



Fonte: DPU/ASPLAN

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

PIAUI

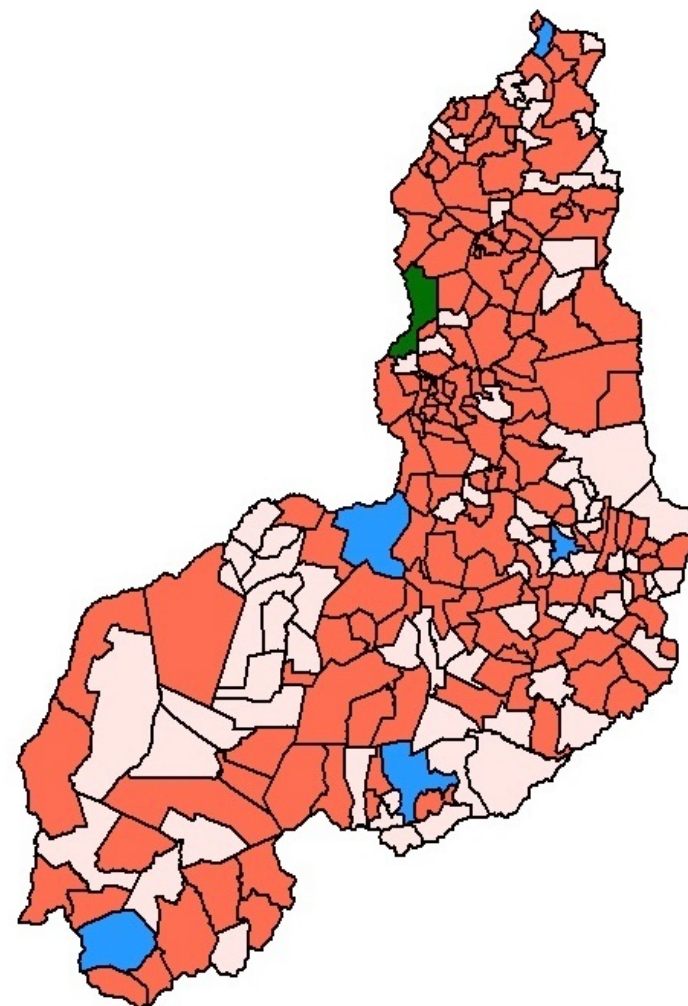
A DPU em Teresina realizou 45.064 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 147 dos 224 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 66% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e cinco subseções judiciárias no estado do Piauí, o que representa cobertura de 17% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 22: Demanda de Assistência Jurídica – Piauí



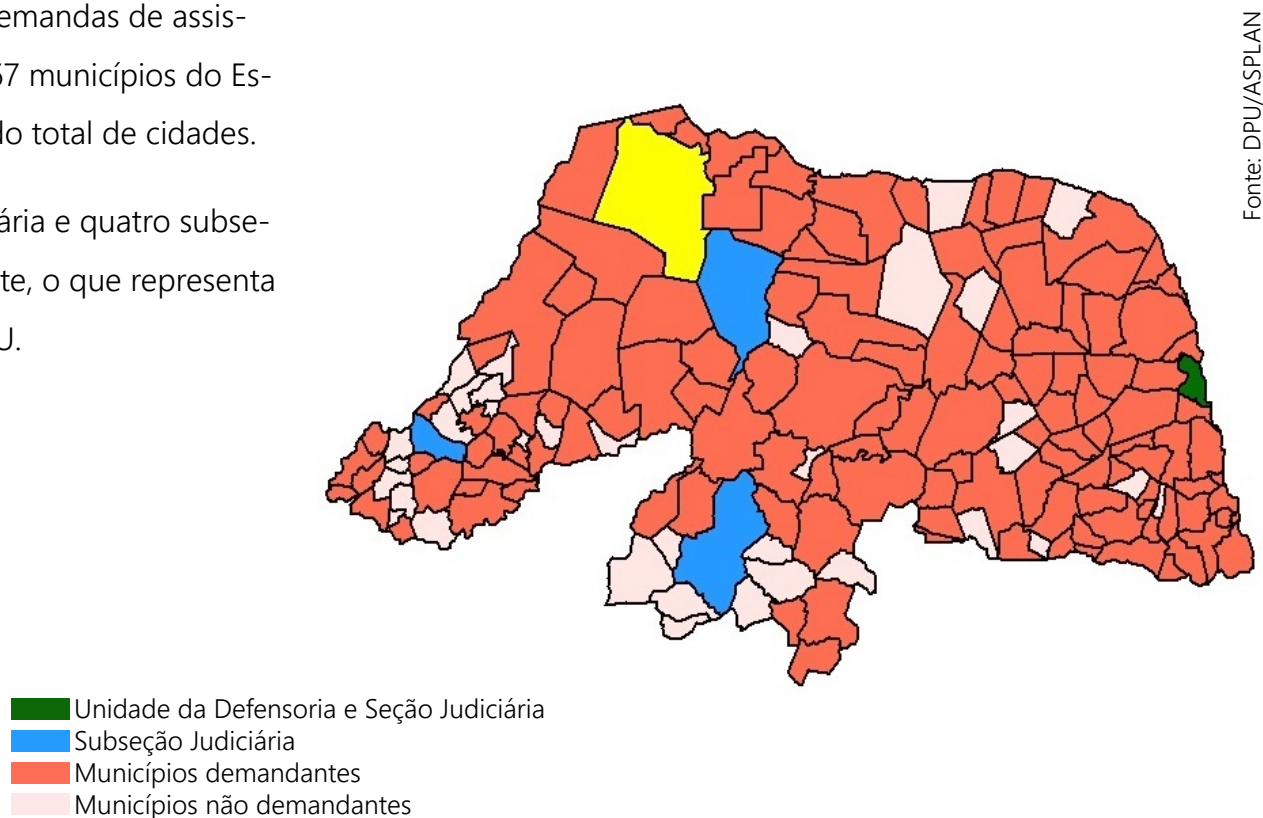
Fonte: DPU/ASPLAN

RIO GRANDE DO NORTE

A DPU no estado do Rio Grande do Norte realizou 171.285 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Natal e Mossoró atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 132 dos 167 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 79% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e quatro subseções judiciárias no estado do Rio Grande do Norte, o que representa cobertura de 40% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 23: Demanda de Assistência Jurídica – Rio Grande do Norte



Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

SERGIPE

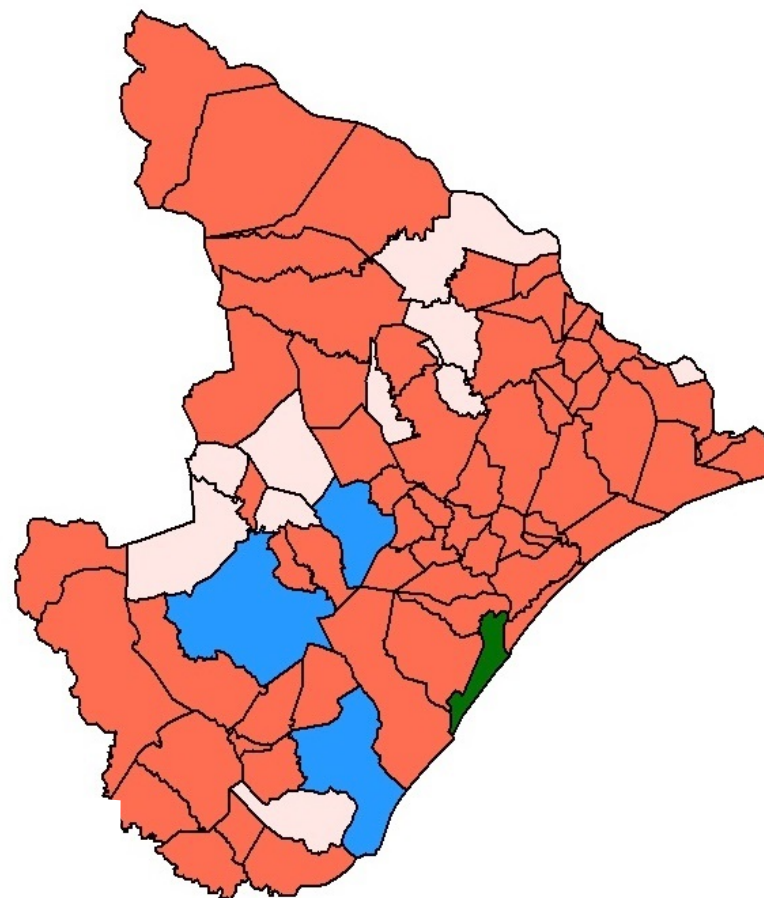
A DPU na cidade de Aracaju realizou 37.924 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 65 dos 75 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 87% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e três subseções judiciárias no Estado de Sergipe, o que representa cobertura de 25% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 24: Demanda de Assistência Jurídica – Sergipe



Fonte: DPU/ASPLAN

REGIÃO CENTRO-OESTE

DISTRITO FEDERAL

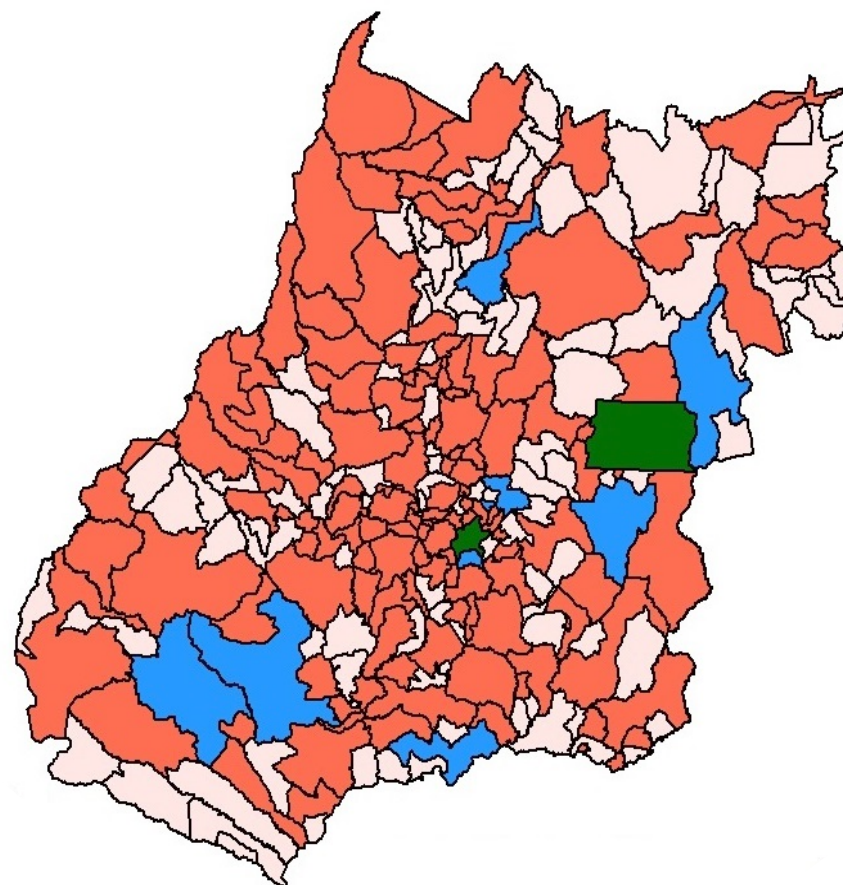
Os órgãos de atuação da DPU no Distrito Federal realizaram 475.712 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. A Justiça Federal mantém uma seção judiciária no Distrito Federal, o que representa cobertura integral dos órgãos de atuação da DPU.

GOIÁS

A DPU em Goiânia realizou 76.802 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, a unidade atendeu às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 142 dos 246 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 58% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e oito subseções judiciárias no estado de Goiás, o que representa cobertura de 11% dos órgãos de atuação da DPU.

*Figura 25: Demanda de Assistência Jurídica –
Distrito Federal e Goiás*



Fonte: DPU/ASPLAN

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

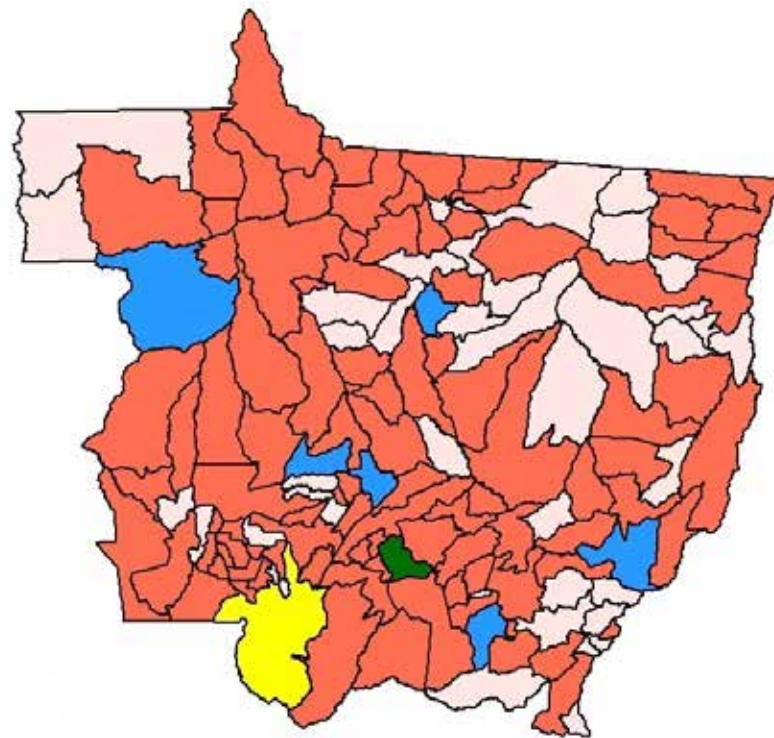
Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

MATO GROSSO

A DPU no estado do Mato Grosso realizou 46.810 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Cuiabá e Cáceres atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 101 dos 141 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 72% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e seis subseções judiciárias no estado do Mato Grosso, o que representa cobertura de 29% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 26: Demanda de Assistência Jurídica – Mato Grosso



Fonte: DPU/ASPLAN

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

MATO GROSSO DO SUL

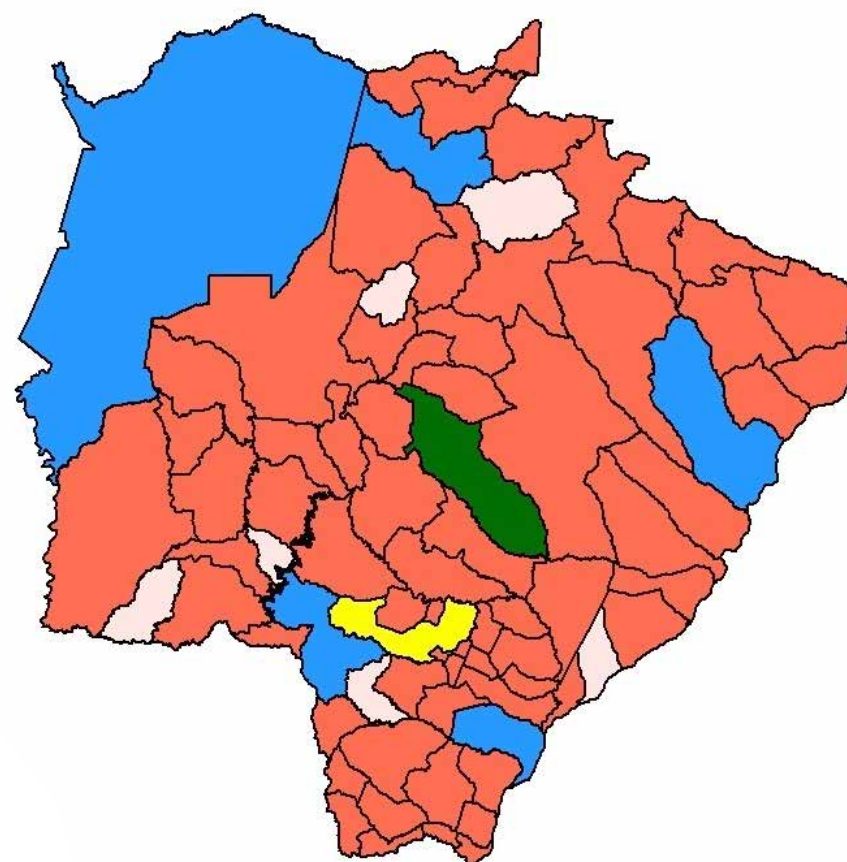
No estado do Mato Grosso do Sul, a DPU realizou 60.542 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Campo Grande e Dourados atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 72 dos 78 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 92% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e seis subseções judiciárias no estado do Mato Grosso do Sul, o que representa cobertura de 29% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 27: Demanda de Assistência Jurídica – Mato Grosso do Sul



Fonte: DPU/ASPLAN

REGIÃO SUDESTE

ESPÍRITO SANTO

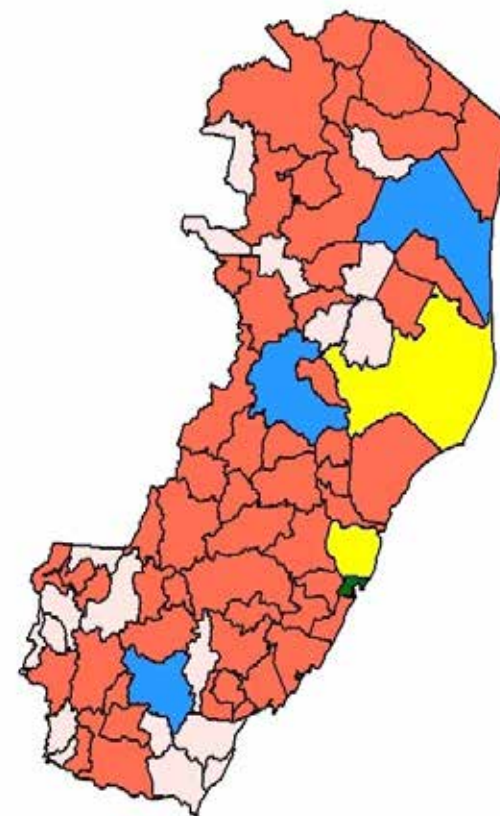
A DPU no estado do Espírito Santo realizou 145.626 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Vitória e Linhares atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 59 dos 78 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 76% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e cinco subseções no estado do Espírito Santo, o que representa cobertura de 50% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 28: Demanda de Assistência Jurídica – Espírito Santo



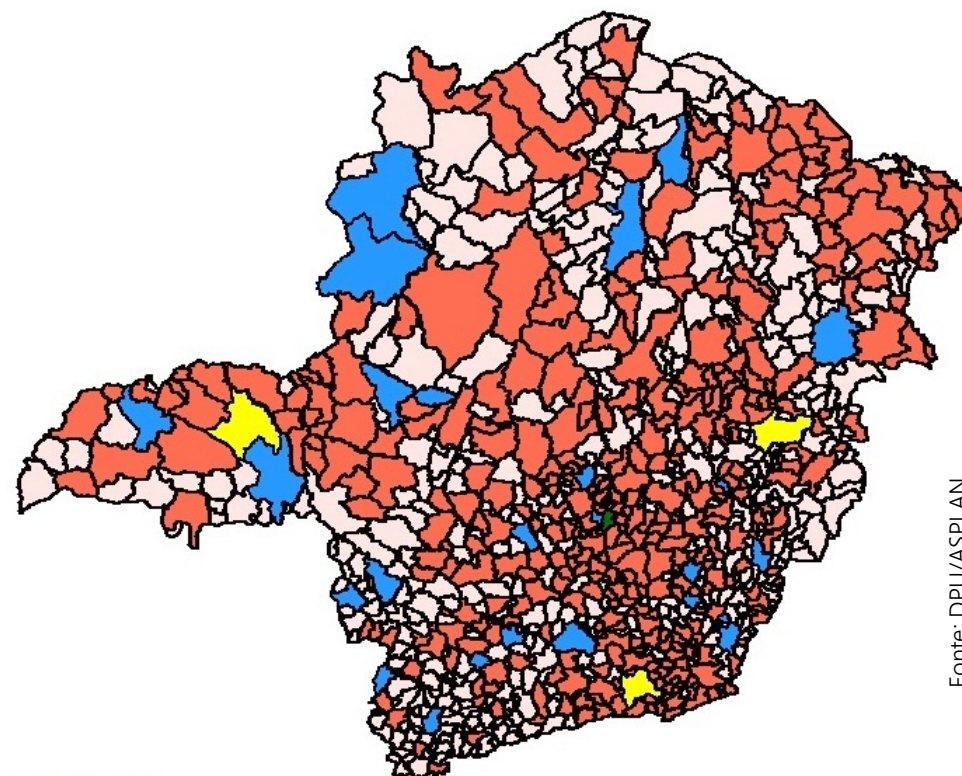
Fonte: DPU/ASPLAN

MINAS GERAIS

A DPU no estado de Minas Gerais realizou 298.950 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 408 dos 853 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 48% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e vinte e seis subseções judiciárias no estado de Minas Gerais, o que representa cobertura de 11% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 29: Demanda de Assistência Jurídica – Minas Gerais



Fonte: DPU/ASPLAN

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

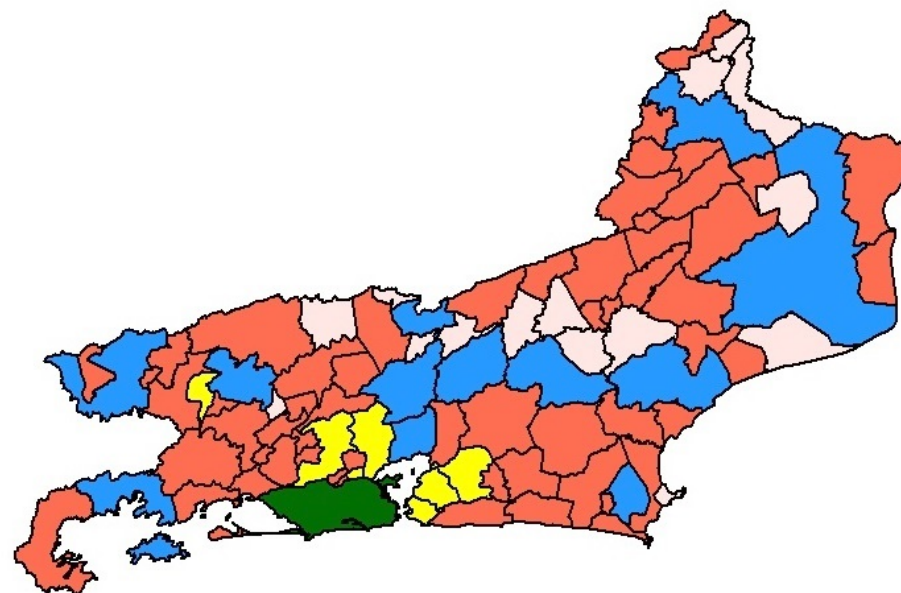
Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

RIO DE JANEIRO

No estado do Rio de Janeiro, a DPU realizou 364.174 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Volta Redonda e Rio de Janeiro, a Regional da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti) e a Regional Niterói, São Gonçalo e Itaboraí atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 76 dos 92 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 83% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e dezenove subseções judiciárias no estado do Rio de Janeiro, o que representa cobertura de 40% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 30: Demanda de Assistência Jurídica – Rio de Janeiro



Fonte: DPU/ASPLAN

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

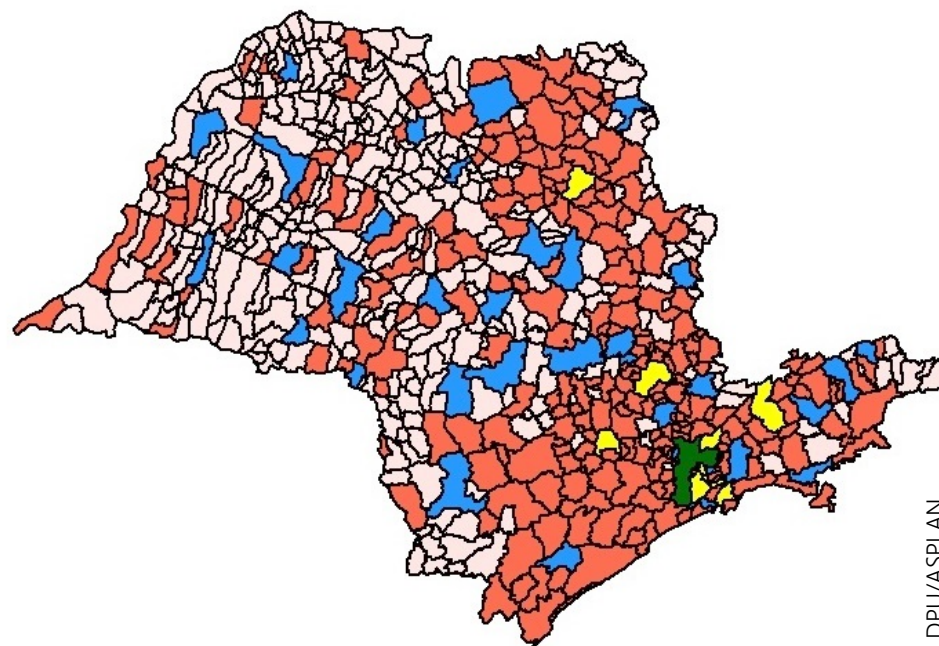
Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

SÃO PAULO

A DPU no estado de São Paulo realizou 502.555 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de São Paulo (Capital), Campinas, Guarulhos, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e a Regional ABC (Santo André e São Bernardo do Campo) atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 294 dos 645 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 46% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e quarenta e três subseções no estado de São Paulo, o que representa cobertura de 21% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 31: Demanda de Assistência Jurídica – São Paulo



- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Fonte: DPU/ASPLAN

REGIÃO SUL

PARANÁ

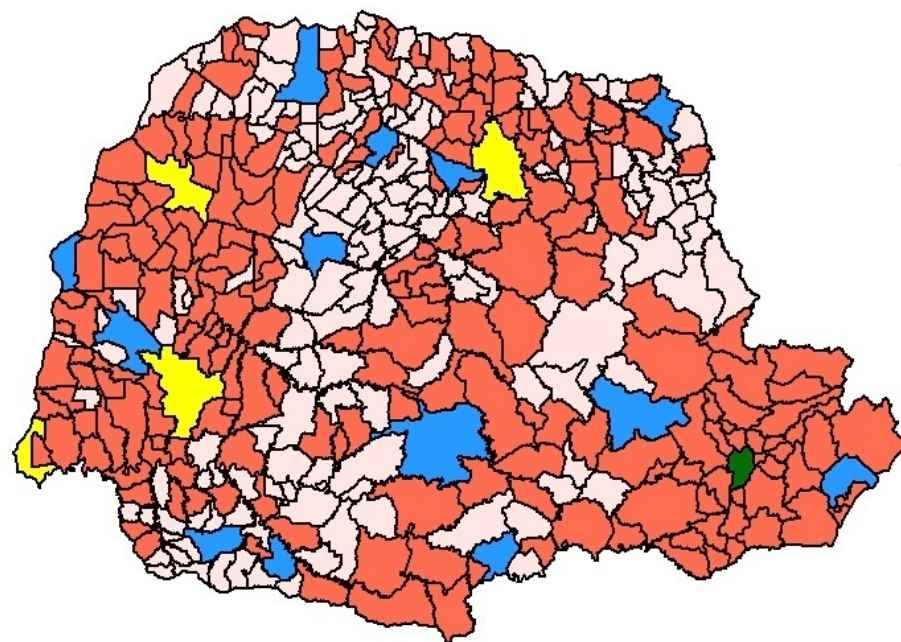
No estado do Paraná, a DPU realizou 173.436 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina e Umuarama atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 230 dos 399 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 58% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e dezessete subseções judiciárias no estado do Paraná, o que representa cobertura de 28% dos órgãos de atuação da DPU.

- Unidade da Defensoria e Seção Judiciária
- Subseção Judiciária
- Municípios demandantes
- Municípios não demandantes

Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Figura 32: Demanda de Assistência Jurídica – Paraná



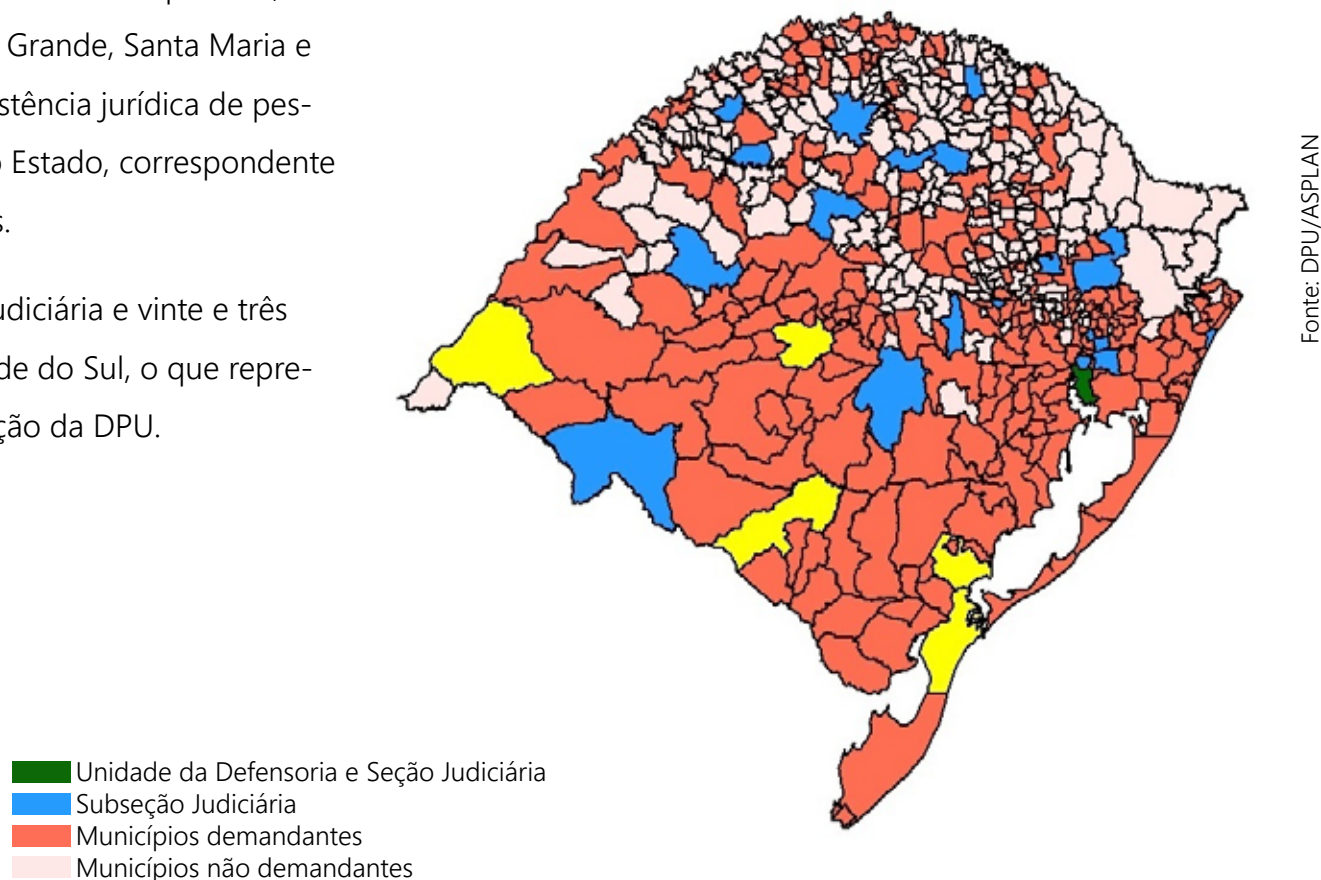
Fonte: DPU/ASPLAN

RIO GRANDE DO SUL

A DPU no estado do Rio Grande do Sul realizou 332.329 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Porto Alegre, Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Uruguaiana atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 246 dos 496 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 50% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e vinte e três subseções judiciárias no estado do Rio Grande do Sul, o que representa cobertura de 25% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 33: Demanda de Assistência Jurídica – Rio Grande do Sul



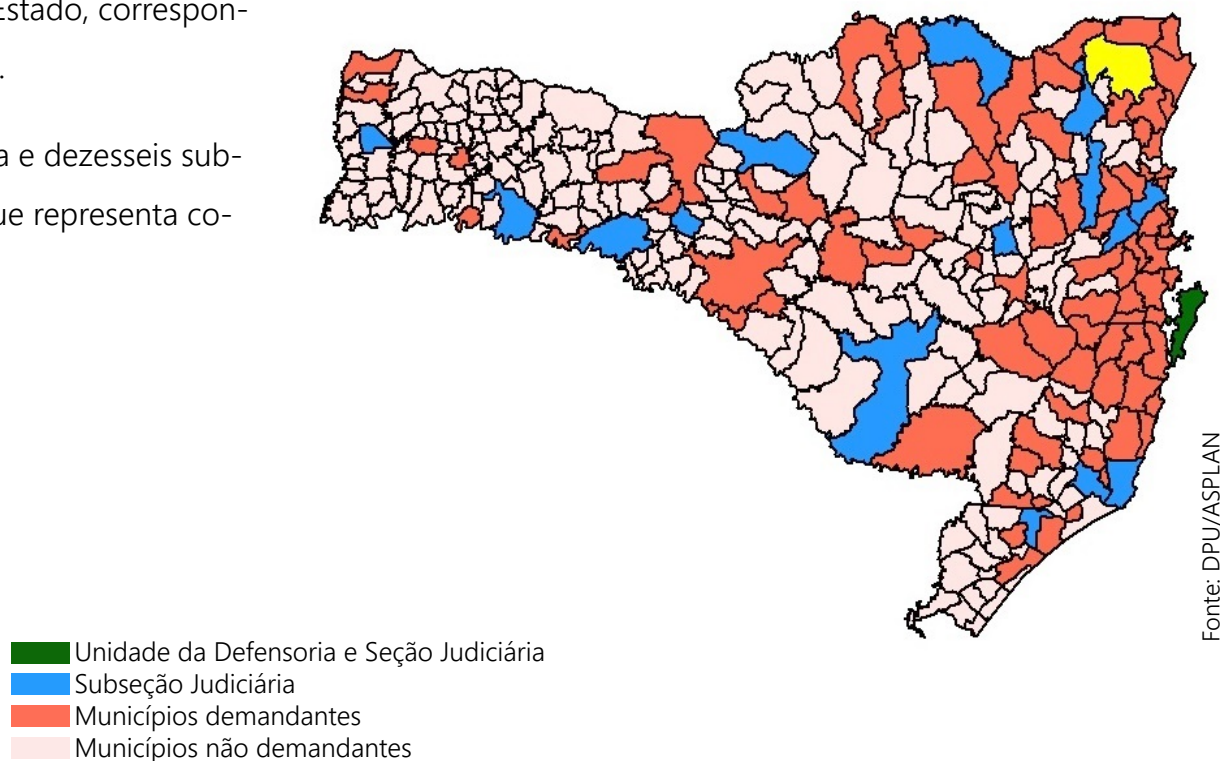
Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

SANTA CATARINA

A DPU em Santa Catarina realizou 135.934 atendimentos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013. No período, as unidades de Florianópolis e Joinville atenderam às demandas de assistência jurídica de pessoas oriundas de 98 dos 293 municípios do Estado, correspondente a aproximadamente 34% do total de cidades.

A Justiça Federal mantém uma seção judiciária e dezesseis subseções judiciárias no estado de Santa Catarina, o que representa cobertura de 12% dos órgãos de atuação da DPU.

Figura 34: Demanda de Assistência Jurídica – Santa Catarina



Fonte: Banco de dados do E-paj Dez/2013

Fonte: DPU/ASPLAN

REFERÊNCIAS

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. Estatísticas da Justiça Federal. Brasília: CJF, 2013. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-general/estatistica-da-justica-federal/estatisticas-da-justica-federal>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2013: ano-base 2012. Brasília: CNJ, 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/imagens/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relatorio_jn2013.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 29 jul. 2013.

RIBEIRO, Wankes; VIEIRA, Christiano; VIEIRA, Helber. Estrutura Analítica da Estratégia. Brasília: s/d, 2013.

